

Informações Trimestrais

3^a ITR 2024

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 30/09/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	56.058.315
Preferenciais	0
Total	56.058.315
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	52.567.308	45.212.324
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.658.110	1.246.018
1.01.01	Caixa	53.106	61.049
1.01.02	Aplicações de Liquidez	1.605.004	1.184.969
1.01.02.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.605.004	1.184.969
1.02	Ativos Financeiros	49.144.756	42.478.504
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	299.429	324.390
1.02.01.01	Aplicações Depósitos Interfinanceiros	299.429	324.390
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	684	57.931
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	684	57.931
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	18.754.743	16.041.836
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	18.754.743	16.041.836
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	30.089.900	26.054.347
1.02.04.04	Operações de Crédito	30.105.784	25.823.901
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-1.088.251	-749.908
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	1.072.367	980.354
1.03	Tributos	1.483.411	1.222.403
1.03.03	Outros	1.483.411	1.222.403
1.03.03.01	Crédito Tributário	1.469.874	1.210.630
1.03.03.02	Impostos e Contribuições a Compensar	13.537	11.773
1.04	Outros Ativos	66.092	51.542
1.04.03	Outros	66.092	51.542
1.06	Imobilizado	109.407	112.146
1.06.01	Imobilizado de Uso	391.258	381.417
1.06.03	Depreciação Acumulada	-281.851	-269.271
1.07	Intangível	105.532	101.711
1.07.01	Intangíveis	409.514	388.482
1.07.03	Amortização Acumulada	-303.982	-286.771

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	52.567.308	45.212.324
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	42.033.275	35.490.828
2.02.01	Depósitos	12.721.696	11.322.771
2.02.04	Outras Captações	29.311.579	24.168.057
2.02.04.01	Letra de Crédito do Agronegócio	943.984	778.601
2.02.04.02	Obrigações por Empréstimos	62.440	30.892
2.02.04.03	Obrigações por Repasse do País - Instituições Oficiais	377.732	438.216
2.02.04.05	Sociais e Estatutárias	3.840	452.062
2.02.04.06	Fundos Financeiros de Desenvolvimento	27.731.775	22.300.619
2.02.04.07	Outros Passivos Financeiros	151.259	155.065
2.02.04.10	Demais Instrumentos Financeiros	40.549	12.602
2.03	Provisões	3.372.799	3.689.629
2.03.01	Provisões para Pagamento a Efetuar	180.750	392.599
2.03.02	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	1.705.169	1.610.416
2.03.03	Provisão para Passivos Atuariais	1.033.763	1.146.731
2.03.04	Provisão para Demandas Judiciais	134.024	131.847
2.03.05	Provisão para Plano Saldados	318.744	407.687
2.03.06	Provisões Diversas	349	349
2.04	Passivos Fiscais	356.494	148.542
2.04.01	Fiscais e Previdenciárias	340.922	132.764
2.04.02	Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos	15.572	15.778
2.07	Patrimônio Líquido	6.804.740	5.883.325
2.07.01	Capital Social Realizado	3.654.918	3.654.918
2.07.01.01	Capital Realizado	3.654.918	3.654.918
2.07.02	Reservas de Capital	2.253	2.253
2.07.03	Reservas de Reavaliação	16.452	16.944
2.07.04	Reservas de Lucros	3.226.766	2.687.292
2.07.04.01	Reserva Legal	343.953	316.996
2.07.04.02	Reserva Estatutária	2.754.684	2.370.296
2.07.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	128.129	0
2.07.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	319.524	0
2.07.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-415.173	-478.082

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	1.255.710	3.543.747	1.092.009	3.069.468
3.01.01	Operações de Crédito	740.132	2.011.367	526.657	1.536.938
3.01.02	Resultado de Operações com TVM	515.578	1.523.955	561.509	1.530.959
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	0	8.425	3.843	1.571
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.109.116	-3.139.023	-828.118	-2.263.319
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-278.796	-805.723	-273.108	-750.447
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-550.104	-1.542.663	-398.546	-1.119.455
3.02.03	Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-279.886	-790.637	-156.464	-393.417
3.02.04	Resultado de Operações de Câmbio	-330	0	0	0
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	146.594	404.724	263.891	806.149
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	187.611	574.642	245.448	377.810
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	201.451	604.165	212.882	604.358
3.04.03	Despesas com Pessoal	-189.986	-555.327	-180.060	-510.779
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-151.145	-338.612	-80.252	-255.238
3.04.05	Despesas Tributárias	-39.392	-122.848	-41.209	-132.237
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	530.971	1.643.546	508.969	1.527.700
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-164.288	-656.282	-174.882	-855.994
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	334.205	979.366	509.339	1.183.959
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-14.845	-120.599	-175.841	-284.536
3.06.01	Corrente	-115.378	-439.927	-174.465	-439.575
3.06.02	Diferido	100.533	319.328	-1.376	155.039
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	319.360	858.767	333.498	899.423
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	319.360	858.767	333.498	899.423
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	0	-261	0	0
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	319.360	858.506	333.498	899.423
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	5,697	15,315	5,949	16,044
3.99.01	Lucro Básico por Ação	5,697	15,315	5,949	16,044

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
3.99.01.01	ON	5,69693	15,31452	5,94913	16,04441

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	319.360	858.506	333.498	899.423
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	24.189	63.401	15.630	71.266
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-13.057	-73.450	-25.025	19.219
4.02.01.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial Títulos Disponíveis para Venda	-13.064	-123.679	-45.637	35.201
4.02.01.02	Efeito Tributário sobre Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos Disponíveis para Venda	7	50.229	20.612	-15.982
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	37.246	136.851	40.655	52.047
4.02.02.01	Remensuração Relacionada a Planos de Benefícios Definidos	67.421	247.925	73.620	93.736
4.02.02.02	Efeito Tributário sobre Remensuração Relacionada a Planos de Benefícios Definidos	-30.339	-111.566	-33.129	-42.181
4.02.02.03	Realização da Reserva de Reavaliação	298	894	298	894
4.02.02.04	Efeito Tributário sobre Realização da Reserva de Reavaliação	-134	-402	-134	-402
4.04	Resultado Abrangente do Período	343.549	921.907	349.128	970.689

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	3.599.725	5.001.486
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	2.315.047	2.233.255
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	979.366	1.183.959
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	1.335.681	1.049.296
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.284.678	2.768.231
6.01.02.01	Redução em títulos e valores mobiliários para negociação	56.681	80.764
6.01.02.02	(Aumento)/Redução em outros valores e bens	-1.173	-1.308
6.01.02.03	Redução/Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez	24.961	-260.152
6.01.02.04	(Aumento)/Redução em relações interfinanceiras e Interdependências	-73.484	95.889
6.01.02.05	(Aumento) em operações de crédito	-4.701.825	-3.726.936
6.01.02.06	Redução em outros créditos	33.604	145.629
6.01.02.07	Aumento em depósitos	1.398.925	2.260.133
6.01.02.08	(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	-28.936	-77.387
6.01.02.09	Aumento em captações no mercado aberto	165.382	370.427
6.01.02.10	Aumento em outras obrigações	4.569.759	4.073.141
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-159.216	-191.969
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.816.665	-4.336.726
6.02.01	(Aumento) em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	-15.598.293	-9.817.207
6.02.02	Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	12.811.934	5.492.925
6.02.03	(Aumento) em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	-35	-69
6.02.04	Redução em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	601	0
6.02.06	Adição em imobilizado de uso	-9.841	-4.236
6.02.07	Alienação do imobilizado de uso	0	1.934
6.02.08	Aquisição do intangível	-21.031	-10.073
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-370.968	-311.492
6.03.02	Juros sobre capital próprio - pagos	-370.968	-311.492
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	412.092	353.268
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.246.018	889.731
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.658.110	1.242.999

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.654.918	2.253	2.687.292	-478.082	0	16.944	5.883.325
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.654.918	2.253	2.687.292	-478.082	0	16.944	5.883.325
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	128.129	0	-128.129	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	128.129	0	-128.129	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	62.909	858.506	0	921.415
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	858.506	0	858.506
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	62.909	0	0	62.909
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	62.909	0	0	62.909
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	411.345	0	-410.853	-492	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	411.345	0	-411.345	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	0	894	-894	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	-402	402	0
5.07	Saldos Finais	3.654.918	2.253	3.226.766	-415.173	319.524	16.452	6.804.740

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.654.918	2.253	1.699.479	-532.870	0	17.600	4.841.380
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.654.918	2.253	1.699.479	-532.870	0	17.600	4.841.380
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	134.489	0	-134.489	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	134.489	0	-134.489	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	70.774	899.423	0	970.197
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	899.423	0	899.423
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	70.774	0	0	70.774
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	70.774	0	0	70.774
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	431.764	0	-431.272	-492	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	431.764	0	-431.764	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	0	894	-894	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	-402	402	0
5.07	Saldos Finais	3.654.918	2.253	2.265.732	-462.096	333.662	17.108	5.811.577

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
7.01	Receitas	5.000.821	4.808.109
7.01.01	Intermediação Financeira	3.543.747	3.069.468
7.01.02	Prestação de Serviços	604.165	604.358
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-790.637	-393.417
7.01.04	Outras	1.643.546	1.527.700
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-2.348.386	-1.869.902
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-950.668	-1.063.564
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-35.630	-30.752
7.03.02	Serviços de Terceiros	-258.756	-176.818
7.03.04	Outros	-656.282	-855.994
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.701.767	1.874.643
7.05	Retenções	-29.791	-33.521
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-29.791	-33.521
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.671.976	1.841.122
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.671.976	1.841.122
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	1.671.976	1.841.122
7.09.01	Pessoal	460.830	422.186
7.09.01.01	Remuneração Direta	335.292	310.383
7.09.01.02	Benefícios	94.080	80.510
7.09.01.03	F.G.T.S.	31.458	31.293
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	338.205	505.366
7.09.02.01	Federais	324.937	492.463
7.09.02.02	Estaduais	23	65
7.09.02.03	Municipais	13.245	12.838
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	14.435	14.147
7.09.03.01	Aluguéis	14.435	14.147
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	858.506	899.423
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	858.506	899.423

ÍNDICE

Demonstrações Financeiras.....	03
Balço Patrimonial	03
Demonstraço do Resultado.....	05
Demonstraço do Resultado Abrangente.....	06
Demonstraço do Fluxo de Caixa.....	07
Demonstraço das Mutaço es do Patrimônio Líquido.....	08
Demonstraço do Valor Adicionado.....	09
Notas Explicativas.....	10
Nota 1 - Contexto operacional	10
Nota 2 - Apresentaço das demonstraço es financeiras individuais	10
Nota 3 - Resumo das principais prá ticas contábeis	10
Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa	14
Nota 5 - Aplicaço es interfinanceiras de liquidez	14
Nota 6 - Títulos e valores mobiliários (TVM)	15
Nota 7 - Operaço es de crédito	17
Nota 8 - Outros instrumentos financeiros e outros ativos	20
Nota 9 - Imobilizado de uso e intangível	21
Nota 10 - Depósitos, captaço es no mercado aberto e Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)	22
Nota 11 - Obrigaço es por empréstimos	23
Nota 12 - Obrigaço es por repasses	23
Nota 13 - Outros passivos	24
Nota 14 - Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigaço es legais	25
Nota 15 - Patrimônio líquido	28
Nota 16 - Tributos	30
Nota 17 - Desdobramento das contas de resultado	32
Nota 18 - Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM)	35
Nota 19 - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)	36
Nota 20 - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)	36
Nota 21 - Fundo da Marinha Mercante (FMM)	38
Nota 22 - Fundos de investimentos financeiros	38
Nota 23 - Partes relacionadas	39
Nota 24 - Remuneraço pa ga aos empregados e administradores.....	40
Nota 25 - Benefícios a empregados	41
Nota 26 - Gerenciamento de riscos e capital	47
Nota 27 – Outras Informaço es.....	53
Relatório Auditor Independente sobre as Demonstraço es Financeiras.....	56
Declaraço da Diretoria sobre as Demonstraço es Financeiras.....	58
Declaraço da Diretoria sobre o Relatório do Auditor Independente.....	59

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		30.09.2024	31.12.2023
Disponibilidades	Nota 4	53.106	61.049
Instrumentos Financeiros		51.838.011	44.413.381
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 5	1.904.433	1.509.359
Títulos e Valores Mobiliários	Nota 6	18.755.427	16.099.767
Relações Interfinanceiras e Interdependências	Nota 8	904.526	805.425
Operações de Crédito	Nota 7	30.042.859	25.792.751
Carteira de Câmbio	Nota 8	62.925	31.150
Outros Instrumentos Financeiros	Nota 8	167.841	174.929
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	Nota 7	(1.088.251)	(749.908)
Provisão para Operações de Crédito		(1.088.001)	(748.734)
Provisão para Câmbio		(250)	(1.174)
Outros Ativos	Nota 8	66.092	59.565
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	Nota 16	1.483.411	1.222.403
Crédito Tributário		1.469.874	1.210.630
Impostos e Contribuições a Compensar		13.537	11.773
Imobilizado de Uso	Nota 9	391.258	381.417
Intangível	Nota 9	409.514	388.482
Depreciações e Amortizações	Nota 9	(585.833)	(556.042)
Depreciação Acumulada de Imobilizado de Uso		(281.851)	(269.271)
Amortização Acumulada de Intangível		(303.982)	(286.771)
Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Nota 5	-	(8.023)
Provisão para Perdas em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		-	(8.023)
TOTAL DO ATIVO		52.567.308	45.212.324

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		30.09.2024	31.12.2023
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		42.033.275	35.490.828
Depósitos	Nota 10	12.721.696	11.322.771
Letra de Crédito do Agronegócio	Nota 10	943.984	778.601
Relações Interfinanceiras e Interdependências	Nota 13	34.820	9.210
Obrigações por Empréstimo	Nota 11	62.440	30.892
Obrigações por Repasses do País-Instituições Oficiais	Nota 12	377.732	438.216
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	Nota 13	5.729	3.392
Sociais e Estatutárias	Nota 13	3.840	452.062
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	Nota 13	27.731.775	22.300.619
Outros Passivos Financeiros	Nota 13	151.259	155.065
Provisões	Nota 14	3.372.799	3.689.629
Provisão para Pagamento a Efetuar		180.750	392.599
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas		1.705.169	1.610.416
Provisão para Passivos Atuariais	Nota 25	1.033.763	1.146.731
Provisão para Demandas Judiciais		134.024	131.847
Provisão para Planos Saldados	Nota 25	318.744	407.687
Provisões Diversas		349	349
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	Nota 16	356.494	148.542
Fiscais e Previdenciárias		340.922	132.764
Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos		15.572	15.778
Patrimônio Líquido	Nota 15	6.804.740	5.883.325
Capital Social		3.654.918	3.654.918
Reservas de Capital		2.253	2.253
Reservas de Lucro		3.226.766	2.687.292
Outros Resultados Abrangentes		(398.721)	(461.138)
Lucros ou Prejuízos Acumulados		319.524	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		52.567.308	45.212.324

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

		3º TRIMESTRE 2024	3º TRIMESTRE 2023	01.01 a 30.09.2024	01.01 a 30.09.2023
Receitas da Intermediação Financeira		1.255.710	1.092.009	3.543.747	3.069.468
Operações de Crédito	Nota 7	740.132	526.657	2.011.367	1.536.938
Resultado de Operações com TVM	Nota 6	515.578	561.509	1.523.955	1.530.959
Resultado de Operações de Câmbio		-	3.843	8.425	1.571
Despesas da Intermediação Financeira		(1.109.116)	(828.118)	(3.139.023)	(2.263.319)
Operações de Captação no Mercado	Nota 10	(278.796)	(273.108)	(805.723)	(750.447)
Operações de Empréstimos e Repasses	Nota 12	(550.104)	(398.546)	(1.542.663)	(1.119.455)
Resultado de Operações de Câmbio		(330)	-	-	-
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(279.886)	(156.464)	(790.637)	(393.417)
Provisão para Operações de Crédito	Nota 7	(279.834)	(156.191)	(790.985)	(396.034)
Provisão para Repasses Interfinanceiros	Nota 8	-	(1)	7	3.523
Provisão para Câmbio	Nota 7	(52)	(272)	341	(906)
Resultado de Intermediação Financeira		146.594	263.891	404.724	806.149
Outras Receitas Operacionais		731.751	721.768	2.246.816	2.124.733
Receitas de Prestação de Serviços	Nota 17	143.351	151.038	415.017	418.278
Rendas de Tarifas Bancárias	Nota 17	58.100	61.844	189.148	186.080
<i>Del Credere</i> FNO	Nota 20	481.470	396.742	1.365.721	1.155.624
Recuperação de Rendas FNO	Nota 20	15.473	8.265	197.055	155.017
Recuperação de Encargos e Despesas		7.445	4.271	9.541	9.500
Demais Receitas Operacionais	Nota 17	25.912	99.608	70.334	200.234
Outras Despesas Operacionais		(386.702)	(332.938)	(1.098.297)	(1.215.197)
De Pessoal	Nota 17	(189.986)	(180.060)	(555.327)	(510.779)
Administrativas	Nota 17	(151.145)	(80.252)	(338.612)	(255.238)
Tributárias	Nota 17	(39.392)	(41.209)	(122.848)	(132.237)
Demais Despesas Operacionais	Nota 17	(6.179)	(31.417)	(81.510)	(316.943)
Despesas de Provisões		(158.109)	(143.387)	(574.772)	(538.967)
Garantia Financeira Prestada	Nota 17	(74.059)	(66.141)	(265.071)	(253.552)
Passivo Atuarial	Nota 17	(40.643)	(42.186)	(175.268)	(125.392)
Demandas Judiciais	Nota 17	(38.358)	(30.194)	(110.545)	(129.236)
Planos Saldados	Nota 17	(5.049)	(4.866)	(23.888)	(30.787)
Resultado Operacional		333.534	509.334	978.471	1.176.718
Resultado Não Operacional	Nota 17	671	5	895	7.241
Resultado Antes dos Tributos e Participações		334.205	509.339	979.366	1.183.959
Tributos sobre o Lucro	Nota 16	(14.845)	(175.841)	(120.599)	(284.536)
Provisão para Imposto de Renda		(63.900)	(95.804)	(242.454)	(241.341)
Provisão para Contribuição Social		(51.478)	(78.661)	(197.473)	(198.234)
Ativo Fiscal Diferido		100.533	(1.376)	319.328	155.039
Participações sobre Lucro		-	-	(261)	-
Lucro Líquido	Nota 15	319.360	333.498	858.506	899.423
Lucro por Ação Básico - Em Reais	Nota 15	5,69693	5,94913	15,31452	16,04441

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	3º TRIMESTRE 2024	3º TRIMESTRE 2023	01.01 a 30.09.2024	01.01 a 30.09.2023
Lucro Líquido do Período	319.360	333.498	858.506	899.423
Outros Resultados Abrangentes do Período	24.189	15.630	63.401	71.266
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	(13.057)	(25.025)	(73.450)	19.219
Ajustes de Avaliação Patrimonial Títulos Disponíveis para Venda	(13.064)	(45.637)	(123.679)	35.201
Efeito Tributário sobre Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos Disponíveis para Venda	7	20.612	50.229	(15.982)
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado	37.246	40.655	136.851	52.047
Remensuração Relacionada a Planos de Benefícios Definidos	67.421	73.620	247.925	93.736
Efeito Tributário sobre Remensuração Relacionada a Planos de Benefícios Definidos	(30.339)	(33.129)	(111.566)	(42.181)
Realização da Reserva de Reavaliação	298	298	894	894
Efeito Tributário sobre Realização da Reserva de Reavaliação	(134)	(134)	(402)	(402)
Resultado Abrangente do Período	343.549	349.128	921.907	970.689

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Elaborada pelo método indireto		01.01 a 30.09.2024	01.01 a 30.09.2023
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES			
Resultado Antes dos Tributos e Participações	Nota 16	979.366	1.183.959
Ajustes ao Resultado Líquido antes dos Tributos e Participações		1.335.681	1.049.296
Depreciações e amortizações	Nota 17	29.791	33.521
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		791.768	396.985
Provisão para Repasses do FNO		1	1
Ganhos de Capital		(28)	(7.046)
Resultado com variação cambial		(8.769)	744
Despesas de provisões para passivos contingentes		134.433	160.023
Despesas de outras provisões (ativas e passivas)		179.751	386.473
Despesas de provisões para riscos do FNO		263.204	252.101
Reversão de provisões para outros créditos	Nota 7	(1.124)	(45)
Reversão de outras provisões operacionais		(2.729)	(18.596)
Reversão de provisão para Repasses do FNO		(7)	(3.524)
Reversão de outras provisões operacionais - Aplic. Dep. Interfinanc.	Nota 6	(8.023)	(9.436)
Reversão de provisões para operações do FNO	Nota 17	(7.041)	-
Reversão de provisões contingenciais	Nota 17	(35.546)	(141.905)
Resultado Líquido Ajustado		2.315.047	2.233.255
Variações Patrimoniais		1.284.678	2.768.231
Redução em títulos e valores mobiliários para negociação		56.681	80.764
(Aumento)/Redução em outros valores e bens		(1.173)	(1.308)
Redução/Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez		24.961	(260.152)
(Aumento)/Redução em relações interfinanceiras e Interdependências		(73.484)	95.889
(Aumento) em operações de crédito		(4.701.825)	(3.726.936)
Redução em outros créditos		33.604	145.629
Aumento em depósitos		1.398.925	2.260.133
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses		(28.936)	(77.387)
Aumento em captações no mercado aberto		165.382	370.427
Aumento em outras obrigações		4.569.759	4.073.141
Imposto de renda e contribuição social pagos		(159.216)	(191.969)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		3.599.725	5.001.486
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aumento) em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(15.598.293)	(9.817.207)
Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		12.811.934	5.492.925
(Aumento) em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(35)	(69)
Redução em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		601	-
Adição em imobilizado de uso	Nota 9	(9.841)	(4.236)
Alienação do imobilizado de uso	Nota 9	-	1.934
Aquisição do Intangível	Nota 9	(21.031)	(10.073)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(2.816.665)	(4.336.726)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Juros sobre capital próprio – pagos		(370.968)	(311.492)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(370.968)	(311.492)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		412.092	353.268
Demonstração da Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa			
No início do período		1.246.018	889.731
No fim do período	Nota 4	1.658.110	1.242.999
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		412.092	353.268

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS		CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE ATIVOS PRÓPRIOS	RESERVAS DE LUCROS			AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
		REALIZADO			LEGAL	ESTATUTÁRIA	ESPECIAIS DE LUCROS			
SALDOS EM 31.12.2023	Nota 15	3.654.918	2.253	16.944	316.996	2.370.296	-	(478.082)	-	5.883.325
AJUSTE VLR DE MERCADO TVM DERIVATIVOS		-	-	-	-	-	-	(73.450)	-	(73.450)
Títulos Disponíveis para Venda		-	-	-	-	-	-	(73.450)	-	(73.450)
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		-	-	-	-	-	-	136.359	-	136.359
OUTROS EVENTOS	Nota 15	-	-	(492)	-	-	-	-	492	-
Movimentação da Reserva de Reavaliação		-	-	(894)	-	-	-	-	894	-
Realização da Reserva		-	-	(894)	-	-	-	-	894	-
Imposto e Contrib.s/Realização de Reserva de Reavaliação		-	-	402	-	-	-	-	(402)	-
Realização da Reserva		-	-	402	-	-	-	-	(402)	-
LUCRO LÍQUIDO	Nota 15	-	-	-	-	-	-	-	858.506	858.506
DESTINAÇÕES	Nota 15	-	-	-	26.957	384.388	128.129	-	(539.474)	-
Reservas		-	-	-	26.957	384.388	-	-	(411.345)	-
Dividendos Obrigatórios		-	-	-	-	-	128.129	-	(128.129)	-
SALDOS EM 30.09.2024	Nota 15	3.654.918	2.253	16.452	343.953	2.754.684	128.129	(415.173)	319.524	6.804.740
SALDOS EM 31.12.2022	Nota 15	3.654.918	2.253	17.600	249.738	1.449.741	-	(532.870)	-	4.841.380
AJUSTE VLR DE MERCADO TVM DERIVATIVOS		-	-	-	-	-	-	19.219	-	19.219
Títulos Disponíveis para Venda		-	-	-	-	-	-	19.219	-	19.219
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		-	-	-	-	-	-	51.555	-	51.555
OUTROS EVENTOS	Nota 15	-	-	(492)	-	-	-	-	492	-
Movimentação da Reserva de Reavaliação		-	-	(894)	-	-	-	-	894	-
Realização da Reserva		-	-	(571)	-	-	-	-	571	-
Baixa da Reserva		-	-	(323)	-	-	-	-	323	-
Imposto e Contrib.s/Realização de Reserva de Reavaliação		-	-	402	-	-	-	-	(402)	-
Realização da Reserva		-	-	551	-	-	-	-	(551)	-
Baixa da Reserva		-	-	(149)	-	-	-	-	149	-
LUCRO LÍQUIDO	Nota 15	-	-	-	-	-	-	-	899.423	899.423
DESTINAÇÕES	Nota 15	-	-	-	28.296	403.468	134.489	-	(566.253)	-
Reservas		-	-	-	28.296	403.468	-	-	(431.764)	-
Dividendos Obrigatórios		-	-	-	-	-	134.489	-	(134.489)	-
SALDOS EM 30.09.2023	Nota 15	3.654.918	2.253	17.108	278.034	1.853.209	134.489	(462.096)	333.662	5.811.577

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

		01.01 a 30.09.2024	01.01 a 30.09.2023
1. RECEITAS		5.000.821	4.808.109
1.1. Intermediação Financeira		3.543.747	3.069.468
1.2. Prestações de Serviços e tarifas	Nota 17	604.165	604.358
1.3. Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(790.637)	(393.417)
1.4. Outras		1.643.546	1.527.700
2. DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(2.348.386)	(1.869.902)
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(950.668)	(1.063.564)
3.1. Materiais, energia e outros		(35.630)	(30.752)
3.2. Serviços de terceiros		(258.756)	(176.818)
3.3. Outras		(656.282)	(855.994)
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)		1.701.767	1.874.643
5. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	Nota 17	(29.791)	(33.521)
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO P/ENTIDADE (4-5)		1.671.976	1.841.122
7. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)		1.671.976	1.841.122
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		1.671.976	1.841.122
8.1 Pessoal		460.830	422.186
8.1.1 Remuneração direta		335.292	310.383
8.1.2 Benefícios		94.080	80.510
8.1.3 FGTS		31.458	31.293
8.2 Impostos, taxas e contribuições		338.205	505.366
8.2.1 Federais		324.937	492.463
8.2.2 Estaduais		23	65
8.2.3 Municipais		13.245	12.838
8.3 Remuneração de capitais de terceiros		14.435	14.147
8.3.1 Aluguéis	Nota 17	14.435	14.147
8.4 Remuneração de capitais próprios	Nota 15	858.506	899.423
8.4.1 Resultado líquido do período		858.506	899.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco da Amazônia S.A. (Banco) é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista e sua matriz está localizada na Avenida Presidente Vargas nº 800, Belém, Pará, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

O Banco está presente nos nove Estados, que compõem a Amazônia legal brasileira e na cidade de São Paulo e na capital do Distrito Federal, com um portfólio de produtos e serviços que vão de grandes projetos de infraestrutura até empreendedores rurais e não rurais, com atuação destacada no apoio ao microcrédito, agricultura familiar e financiamentos às Micros e Pequenas Empresas e Microempreendedor Individual (MEPEI's).

Como um dos instrumentos do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da região amazônica, opera e administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (nota explicativa nº 20), o Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM (nota explicativa nº 18) e é o agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA (nota explicativa nº 19). As obrigações assumidas pelo Banco para atender interesse público estão demonstradas nas notas explicativas nº 13.b (item sobre obrigações do Banco com Fundos Financeiros e de Desenvolvimento) e nº 14 (item que apresenta as provisões para as garantias financeiras prestadas).

2. Apresentação das informações trimestrais individuais

As informações trimestrais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e contemplam as diretrizes contábeis definidas pelas Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela Lei nº 11.941/2009 e advindas das Resoluções CMN nº 4.910/2021 e Resolução BCB nº 2/2020. Para a contabilização das operações, as informações trimestrais fazem observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), e do Banco Central do Brasil (Bacen), além das normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando não conflitantes com as normas aplicáveis às instituições financeiras.

O Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória. Estão observadas nas informações trimestrais do Banco as seguintes normas:

CPC 00 (R2) - Resolução CMN nº 4.924/2021 - Pronunciamento Conceitual Básico;
CPC 01 (R1) - Resolução CMN nº 4.924/2021 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
CPC 03 (R2) - Resolução CMN nº 4.818/2020 - Demonstração do Fluxo de Caixa;
CPC 04 (R1) - Resolução CMN nº 4.534/2016 - Ativo Intangível;
CPC 05 (R1) - Resolução CMN nº 4.818/2020 - Divulgação sobre Partes Relacionadas;
CPC 09 - Resolução CVM nº 199/2024 - Demonstração do Valor Adicionado;
CPC 10 (R1) - Resolução CMN nº 3.989/2011 - Pagamento Baseado em Ações;
CPC 23 - Resolução CMN nº 4.924/2021 - Políticas Contábeis, Mudança Estimativa e Retificação Erro;
CPC 24 - Resolução CMN nº 4.818/2020 - Evento Subsequente;
CPC 25 - Resolução CMN nº 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
CPC 26 (R1) - Resolução CVM nº 106/2022 - Apresentação das Demonstrações Contábeis;
CPC 27 - Resolução CMN nº 4.535/2016 - Ativo Imobilizado de Uso;
CPC 32 - Resolução CVM nº 83/ 2022 - Tributos sobre o Lucro;
CPC 33 (R1) - Resolução CMN nº 4.877/2020 - Benefícios a Empregados;
CPC 41 - Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 - Resultado por Ação; e
CPC 46 e CPC 47 - Resolução CMN nº 4.924/2021 - Mensuração do Valor Justo e Receita de Contrato com Cliente.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas informações trimestrais do Banco evidenciam todas as informações financeiras relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As informações trimestrais (ITR) foram aprovadas pela administração em 06 de novembro de 2024.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Moeda funcional

As informações trimestrais estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco. Os ativos e passivos indexados ao Dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do Dólar de fechamento das operações.

b) Critérios de reconhecimento dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e

calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco sem expectativa de mudança significativa de valor e limites resgatáveis a qualquer momento (nota explicativa nº 4). Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As aplicações em depósitos interfinanceiros são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das informações trimestrais, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável (nota explicativa nº 5).

e) Títulos e valores mobiliários (TVM)

Os títulos e valores mobiliários, pertencentes à carteira própria do Banco, são registrados pelo valor efetivamente pago na aquisição, inclusive corretagens e emolumentos quando existentes. São classificados em função da intenção de permanência na carteira, na forma definida pela Circular Bacen nº 3.068/2001, e estão distribuídos em três categorias (nota explicativa nº 6):

Títulos para negociação: são os títulos adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda: são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta ajuste de avaliação patrimonial do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento: são os títulos para os quais há a intenção e a capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A hierarquia do valor justo dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com base em critérios consistentes e observáveis, com a seguinte ordem de classificação:

Nível 1 – preço de mercado levando em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, B³ – Brasil Bolsa Balcão;

Nível 2 – o preço formado leva em consideração as informações que são observáveis para o ativo, por meio direto ou indireto, salvo preços cotados no Nível 1. Quando o ativo ou o passivo tem prazo determinado contratualmente, a informação é observável substancialmente pelo prazo integral.

Nível 3 – são os dados não observáveis para o ativo ou o passivo, que normalmente ocorrem quando há pouca atividade de mercado na data de mensuração. Atualmente o Banco não possui ativos registrados nesta hierarquia.

Conforme determina o § do art. 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são divulgados como circulante independentemente de suas datas de vencimento.

f) Operações de crédito, adiantamentos sobre contrato de câmbio e outros créditos e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas, para efeito de Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo), sendo os riscos das operações avaliados com base em critérios consistentes e observáveis, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos inerentes à operação, aos devedores e aos garantidores. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

As rendas a apropriar de créditos com atraso igual ou superior a sessenta dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas (nota explicativa nº 7).

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

A Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e as instruções do Bacen, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de

crédito.

Risco de crédito (FNO): as provisões para as garantias financeiras prestadas para com o FNO foram feitas de acordo com modelos e práticas de gerenciamento do risco de crédito, de acordo com a Resolução CMN nº 4.512/2016 e a Lei nº 10.177/2001. O valor que corresponde a 50% do risco das operações contratadas com recursos do FNO a partir de 1º de dezembro de 1998 é calculado de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999 e registrado no Banco a título de provisão para garantias financeiras prestadas – FNO Rural/Industrial (nota explicativa nº 14).

g) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os períodos seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

h) Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo, contabilizada em outras despesas administrativas (Notas Explicativas nºs 9.a e 17.c).

O ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são amortizados pelo método linear. Esses ativos são ajustados por perda por desvalorização (*impairment*), quando aplicável, e devidamente amortizados. A amortização também é contabilizada em outras despesas administrativas (Notas Explicativas nºs 9.b e 17.c). As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas notas explicativas.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Uma perda é reconhecida caso haja evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. Se houver indicação de desvalorização, com base em fontes internas e externas de informação, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

j) Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos e as captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die* (nota explicativa nº 10).

k) Benefícios a empregados

O Banco mantém, junto aos seus empregados, benefícios, classificados de acordo com o Pronunciamento CPC nº 33 (R1) como de curto prazo e de pós-emprego (notas explicativas nºs 24 e 25).

O reconhecimento e a mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo valor original, sem desconto a valor presente (baseado em cálculo iminentemente financeiro ou atuarial), com base no regime de competência mensal (nota explicativa nº 24).

Os benefícios pós-emprego concedidos pelo Banco correspondem à complementação de aposentadoria e auxílio saúde. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação são ações executadas de acordo com os critérios estabelecidos no CPC nº 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovadas pela Resolução CVM n.º 110/2022 e pela Resolução CMN n.º 4.877/2020. Os benefícios de natureza previdenciária são decorrentes de planos fechados de previdência complementar, do tipo “BD-benefício definido” e “CV-contribuição variável”, que contam com o patrocínio do Banco, além do plano de assistência médica (nota explicativa nº 25).

O custo de benefício definido diz respeito à variação no valor líquido de passivo/(ativo), decorrente do custo do serviço, dos juros líquidos e dos ganhos e perdas atuariais. O Custo do serviço pode ser classificado entre corrente, passado e a qualquer ganho ou perda na liquidação. O custo do serviço corrente refere-se ao valor presente das obrigações de benefício definido resultantes do serviço prestado pelos empregados no período corrente. O custo do serviço passado refere-se ao aumento (ou diminuição) no passivo atuarial do plano decorrente de alterações nos benefícios do plano que se aplicam ao serviço dos empregados em períodos anteriores ao período corrente.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e as perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos, líquidos dos efeitos tributários, em “Outros Resultados Abrangentes”, sensibilizando o patrimônio líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado. Como forma de mitigar as incertezas decorrentes das alterações dos valores estimados, que compõem o conjunto de hipóteses

e de premissas atuariais levadas em consideração nos cálculos atuariais, o Banco conta com os serviços técnicos de consultoria especializada que, trimestralmente, efetua a reavaliação desses cálculos, incluindo, além das variáveis anteriormente mencionadas, a análise de sensibilidade por alteração significativa de valor estimado das premissas mais relevantes, a saber: taxa de juros atuarial e expectativa de sobrevivência da tábua de mortalidade.

l) Tributos

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/Pasep e COFINS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo (nota explicativa nº 16):

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – a partir de jan/2023	20%
PIS/Pasep	0,65%
COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, pela Resolução CVM nº 72/2022 e Resolução CMN nº 3.823/2009.

Os ativos contingentes representam direitos com realização incerta e, por esse motivo, não são reconhecidos nas informações trimestrais do Banco. No entanto, havendo avaliação de entrada futura de recursos como praticamente certa, caberá a divulgação do ativo em notas explicativas, seguindo o contido no item 89 do CPC 25.

A provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é registrada nas informações trimestrais quando baseada na análise jurídica e for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

- Método massificado: abrange os processos judiciais de natureza cível ou trabalhistas, referente causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, apurados segundo parâmetros estatístico, levando em conta as perdas históricas dos últimos cinco anos.
- Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação da área jurídica. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial (nota explicativa nº 14).

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas informações trimestrais, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação, sendo controlados internamente.

Obrigações legais decorrem de obrigações tributárias previstas na legislação, que independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas informações trimestrais (nota explicativa nº 14).

Os depósitos recursais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente (nota nº 14.b.1).

As penhoras judiciais são baixadas da respectiva provisão e não são ativadas em face da remota possibilidade de recuperação (menos de 3%).

n) Outros ativos e passivos

Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados *pro rata die*, de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou aos índices oficiais da data do encerramento das informações trimestrais. Os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de "rendas a apropriar" ou "despesas a apropriar".

o) Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das informações trimestrais.

p) Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem às informações trimestrais é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

1. Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as informações trimestrais;
2. Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as informações trimestrais.

Não houve evento subsequente para as informações trimestrais encerradas em 30 de setembro de 2024.

q) Uso de estimativas

A elaboração das informações trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis, quando for o caso. A Administração do Banco revisa periodicamente essas estimativas e premissas e as aplica de forma prospectiva.

Ativos e passivos sujeitos às incertezas relacionadas a essas estimativas e premissas estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 16 – Tributos: reconhecimento de ativos fiscais diferidos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Nota Explicativa nº 25 – Benefícios a empregados: reconhecimento na mensuração de provisão para benefícios pós-emprego.

Nota Explicativa nº 26 – Gerenciamento de riscos e capital: abrange análise de sensibilidade sobre avaliação de perda permanente de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e mantidos até o vencimento (nota explicativa nº 6 – Títulos e valores mobiliários - TVM), sobre critério de provisionamento na mensuração das perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas Explicativas nº 7 – Operações de crédito e nº 20 – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO), e sobre reconhecimento na mensuração de provisão para contingências (nota explicativa nº 14 – Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas aplicadas na base de 30 de setembro de 2024 e que possuem risco de gerar ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo período estão incluídas nas notas explicativas.

r) Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Resolução CVM nº 113/2022. O lucro por ação do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias totais (nota explicativa nº 15.e). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações.

s) Resultado recorrente e não recorrente

O resultado não recorrente, de acordo com definição contida na Resolução BCB nº 2/2020, é composto por eventos não relacionados às atividades normais da instituição ou que estão relacionados, mas de forma incidental, sem previsão de ocorrência frequente. A ocorrência do evento por mais de dois exercícios seguidos, invalida sua classificação como não recorrente. As informações sobre os resultados recorrentes e não recorrentes estão contidas na nota explicativa nº 27.c.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30.09.2024	31.12.2023
Disponibilidades	53.106	61.049
Disponibilidade em Moeda Nacional	43.021	53.445
Disponibilidade em Moeda Estrangeira	10.085	7.604
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (nota nº 5)	1.605.004	1.184.969
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	1.605.004	1.184.969
Total	1.658.110	1.246.018

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	30.09.2024	31.12.2023
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.904.433	1.509.359
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada ^(*) (nota nº 4)	1.605.004	1.184.969
Letras Financeiras do Tesouro	455.008	499.977
Letras do Tesouro Nacional	860.000	200.000
Notas do Tesouro Nacional	289.996	484.992
Aplicações Depósitos Interfinanceiros	299.429	324.390
Aplicações Depósitos Interfinanceiros	299.429	324.390
Provisão p/ Perdas em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	(8.023)
Total	1.904.433	1.501.336

Circulante	1.904.433	1.501.336
Não Circulante	-	-

^(*) A variação é decorrente do maior volume em operações compromissadas face ingressos de FNO e demais Fundos e Programas.

Não houve registro de provisão para aplicações em depósitos interfinanceiros em 30/09/2024 (R\$ 8.023 em 31/12/2023), em decorrência de recuperação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) da massa falida do extinto Banco Santos. A provisão foi constituída pelo valor integral em face da intervenção e da liquidação.

6. Títulos e valores mobiliários (TVM)

a) A carteira de títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	30.09.2024	31.12.2023
Carteira Própria – Livres	18.323.220	15.534.356
Títulos Públicos	16.396.042	13.386.348
Letras Financeiras do Tesouro	15.514.629	12.663.769
Letras do Tesouro Nacional	49.980	95.181
Notas do Tesouro Nacional	831.433	627.398
Títulos Privados	1.927.178	2.148.008
Debêntures	285.990	520.122
Cotas de Fundos de Investimento – FIDC	48.729	40.134
Cotas de Fundos de Investimento - Renda Fixa	56.912	51.825
Cotas de Fundos de Investimento - FI REF	895	900
Letras Financeiras	1.533.369	1.535.027
Título de Renda Variável - Ações	1.283	-
Vinculados a Prestação de Garantias	432.207	565.411
Títulos Públicos	432.207	565.411
Letras Financeiras do Tesouro	58.557	54.348
Notas do Tesouro Nacional	373.650	511.063
Total	18.755.427	16.099.767
Circulante	2.042.963	2.842.528
Não Circulante	16.712.464	13.257.239

Do montante da carteira de debêntures, o Banco é titular de R\$ 55.793 debêntures da Casas Bahia. Em razão do plano de recuperação extrajudicial e da momentânea ausência de referência no mercado secundário para a marcação a mercado desses ativos, foi efetivado o provisionamento no valor de R\$ 16.583.

Além disso, o Banco possui em sua carteira, debêntures das lojas Americanas no valor R\$ 5.950, que em virtude de serem de origem de operação compensada, foram integralmente provisionadas.

A composição da carteira de TVM é resultante das políticas financeiras e adotadas pelo Banco (Declaração de apetite a riscos, Gestão de Capital dentre outras) e da supervisão e monitoramento do Comitê de Ativos e Passivos e do Comitê Estratégico de Crédito, Riscos e Capital. A maior parte da carteira de TVM está representada pelos títulos públicos correspondendo a 90,4% do total de carteira (86,7% em 31/12/2023).

Dos títulos relacionados à prestação de garantias, R\$ 58.557 (R\$ 54.348 em 31/12/2023) estão vinculados às câmaras de compensação, B³ - Brasil, Bolsa e Balcão, e R\$ 373.650 (R\$ 511.063 em 31/12/2023) em garantias com operações BB Previdência.

A elevação da carteira de TVM, é decorrente, principalmente, pelo aumento ocorrido nos depósitos para investimentos, os quais são aplicados em operações compromissadas e aquisições de LFTs.

Classificação dos títulos e valores mobiliários

a.1) Por vencimento

	Sem vencimento	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	acima 15 anos	Total
1-Títulos Disponíveis p/ Venda	59.090	1.578.535	405.322	7.440.889	3.524.225	5.336.371	410.311	18.754.743
Títulos Públicos	-	1.141.364	58.557	6.509.743	3.410.429	5.297.161	410.311	16.827.565
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.091.384	58.557	6.509.743	3.367.870	4.545.632	-	15.573.186
Letras do Tesouro Nacional	-	49.980	-	-	-	-	-	49.980
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	42.559	751.529	410.311	1.204.399
Títulos Privados	59.090	437.171	346.765	931.146	113.796	39.210	-	1.927.178
Debêntures	-	21.051	12.225	169.450	44.054	39.210	-	285.990
Cotas de Fundos de Invest. - FIDC	-	-	27.124	-	21.605	-	-	48.729
Cotas de Fundos de Invest. - Renda Fixa	56.912	-	-	-	-	-	-	56.912
Cotas de Fundos de Invest. - FI REF	895	-	-	-	-	-	-	895
Outros Títulos Privados - LF/DPGE	-	416.120	307.416	761.696	48.137	-	-	1.533.369
Título de Renda Variável – Ações	1.283	-	-	-	-	-	-	1.283
2-Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	16	-	-	668	-	684
Títulos Públicos	-	-	16	-	-	668	-	684
Notas do Tesouro Nacional	-	-	16	-	-	668	-	684
Total 30.09.2024	59.090	1.578.535	405.338	7.440.889	3.524.225	5.337.039	410.311	18.755.427
Total 31.12.2023	52.725	1.333.793	1.399.329	3.046.558	3.828.958	6.131.339	307.065	16.099.767

a.2) Ajustes de marcação

	30.09.2024				31.12.2023			
	Custo	Mercado	Marcação	Nível de Mensuração a Valor Justo	Custo	Mercado	Marcação	Nível de Mensuração a Valor Justo
Para Negociação	-	-	-		56.666	56.681	15	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	Nível 1	56.666	56.681	15	Nível 1
Disponíveis para Venda	19.047.426	18.743.299	(304.126)		16.187.057	16.006.610	(180.447)	
Letras Financeiras do Tesouro	15.557.153	15.573.186	16.034	Nível 1	12.659.251	12.661.436	2.184	Nível 1
Letras do Tesouro Nacional	49.980	49.980	-	Nível 1	94.899	95.181	282	Nível 1
Notas do Tesouro Nacional	1.440.606	1.170.345	(270.260)	Nível 1	1.269.788	1.101.909	(167.878)	Nível 1
Debêntures (*)	316.385	308.523	(7.863)	Nível 1	533.399	520.122	(13.277)	Nível 1
Cotas Fundos Invest. - FIDC	48.806	48.806	-	Nível 2	40.210	40.210	-	Nível 2
Cotas Fundos Invest. - R. Fixa	56.912	56.912	-	Nível 2	51.825	51.825	-	Nível 2
Cotas Fundos Invest. - FI REF	895	895	-	Nível 2	900	900	-	Nível 2
Outros Títulos Privados - LF	1.539.254	1.533.369	(5.885)	Nível 2	1.535.225	1.535.027	(198)	Nível 2
Título de Renda Variável - Ações	35.875	1.283	(34.592)	Nível 1	-	-	-	Nível 1
Cotas de Renda Variável - FINAM	1.560	-	(1.560)	Nível 1	1.560	-	(1.560)	Nível 1
Mantidos até o Vencimento	684	684	-		1.250	1.250	-	
Notas do Tesouro Nacional	684	684	-	Nível 1	1.250	1.250	-	Nível 1

(*) O valor líquido da provisão a mercado foi de R\$ 285.990, referente ao período acumulado até 30/09/2024, conforme mencionado na nota explicativa nº 6.a.

No período, não houve reclassificação entre categorias nos títulos e valores mobiliários.

a.3) Marcação a mercado (títulos disponíveis para venda)

Os ganhos e as perdas não realizados no período relativos a títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, estão abaixo apresentados:

	30.09.2024	31.12.2023
Desvalorização	(1.205.490)	(1.039.681)
Valorização	901.364	859.234
Total	(304.126)	(180.447)

a.4) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	3º trim/2024	3º trim/2023	01.01 a 30.09.2024	01.01 a 30.09.2023
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	35.453	44.598	134.653	134.850
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	8.023	9.436
Títulos de Renda Fixa ⁽¹⁾	478.384	514.925	1.374.308	1.383.028
Aplicação Fundos de Investimentos ⁽²⁾	1.741	1.947	5.030	3.482
TVM - Ajuste ao Valor de Mercado	-	33	(14)	157
TVM - Outras Rendas	-	6	1.955	6
Total	515.578	561.509	1.523.955	1.530.959

⁽¹⁾ A variação está relacionada à redução do valor da taxa Selic, que remunera as operações com TVM.

⁽²⁾ O aumento deve-se a aquisição de Fundos no período, aumentando o volume dessas operações.

7. Operações de crédito

As operações de crédito e outros créditos, classificadas de acordo com a Resolução CMN n° 2.682/1999 estão compostas da seguinte forma:

	30.09.2024			31.12.2023		
	A vencer	Vencidas	Total	A vencer	Vencidas	Total
Operações de Crédito						
Empréstimos	2.688.498	358.517	3.047.015	2.811.086	288.358	3.099.444
Direitos Cred. Descontados	4.201	3.516	7.717	4.644	4.102	8.746
Financiamentos	10.107.318	209.530	10.316.848	7.423.529	159.602	7.583.131
Financiamentos Rurais	16.170.700	500.579	16.671.279	14.833.357	268.073	15.101.430
Subtotal	28.970.717	1.072.142	30.042.859	25.072.616	720.135	25.792.751
Adiant. s/ Contrato Câmbio	59.747	-	59.747	31.619	665	32.284
Total da Carteira	29.030.464	1.072.142	30.102.606	25.104.235	720.800	25.825.035
(Provisões)						
(Operações de Crédito)	(520.236)	(567.765)	(1.088.001)	(403.030)	(345.704)	(748.734)
(Câmbio)	(250)	-	(250)	(509)	(665)	(1.174)
Total das Provisões	(520.486)	(567.765)	(1.088.251)	(403.539)	(346.369)	(749.908)
Total Líquido	28.509.978	504.377	29.014.355	24.700.696	374.431	25.075.127
Circulante			11.597.917			9.353.660
Não Circulante			17.416.438			15.721.467

A elevação da carteira de operações de crédito e provisão foi motivada, principalmente, pela expansão da carteira FNO com risco integral do Banco.

a) Quanto aos setores de atividade econômica, a carteira está assim apresentada

Setor Privado	30.09.2024	% Carteira	31.12.2023	% Carteira
Rural	16.705.994	55,5	15.141.230	58,6
Indústria	1.881.999	6,3	1.867.326	7,2
Comércio	3.000.061	9,9	2.830.878	11,0
Serviços	7.065.420	23,5	4.782.962	18,5
Pessoas Físicas	1.449.132	4,8	1.202.639	4,7
Total da Carteira	30.102.606	100,0	25.825.035	100,0

b) Concentração dos principais devedores

	30.09.2024	% Carteira	31.12.2023	% Carteira
Maior devedor	802.943	2,7	535.088	2,1
10 maiores devedores	3.833.037	12,7	3.105.108	12,0
50 maiores devedores	4.912.219	16,3	4.478.635	17,3
100 maiores devedores	3.564.263	11,8	3.145.514	12,2
Demais devedores	16.990.144	56,5	14.560.690	56,4
Total	30.102.606	100,0	25.825.035	100,0

Esses créditos apresentam o perfil a seguir, classificados de acordo com a faixa de vencimento das operações:

c) Operações a vencer

Nível de Risco	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Total da carteira
AA	109.631	59.709	49.691	191.711	658.255	7.101.317	8.170.314
A	281.923	285.619	286.233	888.196	4.245.705	8.334.197	14.321.873
B	84.976	84.203	94.657	252.369	950.327	2.351.789	3.818.321
C	30.917	42.179	67.047	158.725	456.645	1.207.027	1.962.540
D	5.934	5.066	10.675	15.663	80.300	113.949	231.587
E	3.015	1.761	8.172	13.086	43.409	123.186	192.629
F	2.461	4.318	1.510	4.683	14.197	58.258	85.427
G	3.316	2.631	299	7.410	2.966	48.765	65.387
H	11.532	7.810	11.340	30.113	36.329	85.261	182.385
Total 30.09.2024	533.705	493.296	529.624	1.561.956	6.488.133	19.423.749	29.030.463
Total 31.12.2023	147.687	377.456	401.328	3.733.444	4.051.118	16.393.202	25.104.235

d) Operações vencidas

Nível de Risco	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Saldo a vencer	Total da carteira
B	36.515	-	-	-	-	-	102.609	139.124
C	17.564	61.096	-	-	-	-	42.223	120.883
D	9.437	10.499	69.113	-	-	-	31.063	120.112
E	3.995	13.949	15.841	41.339	-	-	35.869	110.993
F	4.230	6.849	3.123	35.156	7.125	-	22.104	78.587
G	6.401	7.686	3.319	28.831	10.420	-	24.339	80.996
H	22.203	31.517	30.263	90.230	184.896	824	61.515	421.448
Total 30.09.2024	100.345	131.596	121.659	195.556	202.441	824	319.722	1.072.143
Total 31.12.2023	118.349	105.252	58.224	111.396	98.359	814	228.405	720.800

e) Composição das operações de crédito e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	30.09.2024		31.12.2023	
		Valor das Operações	Provisão Regulamentar	Valor das Operações	Provisão Regulamentar
AA	-	8.170.314	-	6.229.295	-
A	0,5	14.321.873	(71.609)	11.369.886	(56.849)
B	1	3.957.445	(39.574)	4.197.010	(41.970)
C	3	2.083.423	(62.503)	3.011.584	(90.348)
D	10	351.699	(35.170)	248.163	(24.816)
E	30	303.621	(91.086)	215.830	(64.749)
F	50	164.015	(82.008)	109.513	(54.757)
G	70	146.382	(102.467)	91.115	(63.780)
H	100	603.834	(603.834)	352.639	(352.639)
Total		30.102.606	(1.088.251)	25.825.035	(749.908)

f) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30.09.2024	30.09.2023
Saldo no início do período	(749.908)	(603.555)
Provisões constituídas	(790.644)	(396.940)
Provisão para operações de crédito	(790.985)	(396.034)
Provisões para operações de crédito	(790.985)	(396.034)
Provisão para câmbio	341	(906)
Provisão para câmbio	(783)	(951)
Reversão de provisão para câmbio	1.124	45
Valores baixados como prejuízo	452.301	182.822
Saldo no final do período	(1.088.251)	(817.673)

Ao compararmos a constituição de provisão para operações de crédito, bem como o saldo deste período, em relação a 2023, observamos um crescimento relacionado ao aumento da inadimplência das operações de crédito, renegociações através de recuperação judicial e a mudança de apetite ao risco na carteira de operações de crédito, principalmente com relação à fonte FNO, migrando de risco compartilhado para risco integral do Banco.

g) Receitas de operações de crédito

	3º trim/2024	3º trim/2023	01.01 a 30.09.2024	01.01 a 30.09.2023
Empréstimos	113.989	131.184	347.990	381.182
Direitos Creditórios Descontados	280	606	996	1.644
Financiamentos	220.414	110.501	611.159	404.353
Financiamentos Rurais	310.893	248.957	915.975	666.135
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	89.804	30.323	120.614	68.535
Rendas de Repasses Interfinanceiros	4.752	5.086	14.633	15.089
Total	740.132	526.657	2.011.367	1.536.938

h) Operações renegociadas e recuperadas

	3º trim/2024	3º trim/2023	01.01 a 30.09.2024	01.01 a 30.09.2023
Renegociadas (*)	329.323	89.749	419.979	152.934
Carteira Comercial	3.428	4.414	11.677	15.666
Carteira de Fomento	325.895	85.335	408.302	137.268
Recuperadas	89.804	30.323	120.614	68.535
Carteira Comercial	3.953	3.413	12.864	19.452
Carteira de Fomento	14.641	26.908	34.580	49.059
Câmbio	-	-	807	-
Outros - FNO Risco 100%	71.210	2	72.363	24

(*) Representa o saldo renegociado, no período, das operações de crédito.

As renegociações ocorridas no 3º trimestre de 2024 tiveram crescimento de 267% em relação ao mesmo período de 2023. O volume financeiro mais significativo de renegociação, ficou concentrado em ações de caráter administrativo, de iniciativa do Banco com foco na carteira de crédito rural. Na apuração do 3º trimestre de 2024 houve a inclusão das operações renegociadas do FNO, cujo risco de crédito é 100% do Banco, contribuindo em 80% da carteira renegociada no trimestre.

No que se refere às operações recuperadas, houve crescimento no 3º trimestre de 2024, na ordem de 196%, comparativamente ao mesmo período de 2023. O volume financeiro mais significativo de recuperação ficou concentrado em ações de recuperações judiciais, após homologação dos planos de recuperação.

8. Outros instrumentos financeiros e outros ativos

	30.09.2024	31.12.2023
Relações Interfinanceiras e Interdependências	904.526	805.425
Relações Interfinanceiras	902.469	805.425
Direitos junto Participantes Sistema de Liquidação	11.845	692
Créditos Vinculados	586.225	480.480
Repasses Interfinanceiros (*)	304.399	324.253
Devedores por Repasses de Outros Recursos (nota nº 20)	304.424	324.285
(-) Provisão para Perdas em Repasses Interfinanceiros (nota nº 20)	(25)	(32)
Relações Interdependências	2.057	-
Carteira de Câmbio	62.925	31.150
Outros Instrumentos Financeiros	167.841	174.929
Rendas a Receber	64.879	63.896
Devedores por Depósitos em Garantia (nota nº 14.b.1)	51.005	48.364
Pagamentos a Ressarcir	50.997	61.709
Títulos e Créditos a Receber	960	960
Sem Característica de Concessão de Crédito	960	960
Outros Ativos	66.092	59.565
Devedores para Apuração de Responsabilidades	78.761	80.177
(-) Provisão para Apuração de Responsabilidades	(78.761)	(80.177)
Demais Ativos	66.092	59.565
Total	1.201.384	1.071.069
Circulante	943.687	777.700
Não Circulante	257.697	293.369

(*) Estão registrados os repasses com recurso do FNO, risco integral, para outras instituições financeiras, por decisão administrativa do Banco.

O saldo de devedores para apuração de responsabilidades, no valor de R\$ 78.761 (R\$ 80.177 em 31/12/2023), corresponde ao registro de eventos classificados como risco operacional. Em razão da incerteza de recebimento, o Banco adota como política o provisionamento integral dessas ocorrências.

a) Movimentação da provisão para perdas em repasses interfinanceiros

	30.09.2024	30.09.2023
Saldo no início do período	(32)	(3.555)
Provisões constituídas	7	3.523
Reversão de Provisão para Repasses interfinanceiros	7	3.523
Saldo no final do período	(25)	(32)

9. Imobilizado de uso e intangível

a) Imobilizado de uso

	30.09.2024	31.12.2023
Imóveis de Uso	109.783	109.552
Terrenos	15.399	15.399
Edificações	94.384	94.153
Outras Imobilizações de Uso	281.475	271.865
Móveis e Equipamentos em Estoque	746	746
Imobilizações em Curso	19.898	20.028
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	80.932	76.853
Instalações	11.517	11.299
Móveis e equipamentos de uso	69.415	65.554
Outras	179.899	174.238
Sistema de Comunicação	3.128	3.106
Sistema de Processamento de Dados	163.232	157.593
Sistema de Segurança	13.464	13.464
Outros imobilizados de uso	75	75
Subtotal	391.258	381.417
(-) Depreciações Acumuladas	(281.851)	(269.271)
Total	109.407	112.146

b) Intangível

	30.09.2024	31.12.2023
Softwares Desenvolvidos	409.514	388.482
(-) Amortização Acumulada	(303.982)	(286.771)
Total	105.532	101.711

A movimentação do imobilizado de uso e intangível no período está demonstrada abaixo:

	Saldo em 31.12.2023	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldo em 30.09.2024
Imobilizado de Uso	112.146	9.841	-	(12.580)	109.407
Intangível	101.712	21.031	-	(17.211)	105.532
Total	213.858	30.872	-	(29.791)	214.939

	Saldo em 31.12.2022	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldo em 30.09.2023
Imobilizado de uso	119.814	4.236	(1.935)	(13.728)	108.387
Intangível	110.687	10.072	-	(19.793)	100.966
Total	230.501	14.308	(1.935)	(33.521)	209.353

A Resolução CMN n° 4.957/2021 estabeleceu o limite de 50% do patrimônio de referência ajustado para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

	30.09.2024	31.12.2023
Limite para Imobilização	3.349.603	2.890.807
(-) Situação	(214.982)	(213.900)
Margem	3.134.621	2.676.907
Índice de Imobilização	3,2%	3,7%

10. Depósitos, captações no mercado aberto e Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)

a) Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

	Até 3 meses	03 a 12 meses	Acima 12 meses	Total em 30.09.2024	Total em 31.12.2023
À Vista⁽¹⁾	2.150.532	-	-	2.150.532	2.349.405
Poupança	791.509	-	-	791.509	725.983
Interfinanceiros	-	203.310	-	203.310	379.287
A Prazo	6.926.084	1.029.508	1.620.753	9.576.345	7.868.096
A prazo	232.503	1.029.508	1.620.753	2.882.764	2.430.848
Judiciais com Remuneração	81.109	-	-	81.109	73.698
Especiais com Remuneração	6.612.472	-	-	6.612.472	5.363.550
Sudam ⁽²⁾	5.665.388	-	-	5.665.388	4.487.338
Finam ⁽³⁾	905.977	-	-	905.977	840.666
Outros	41.107	-	-	41.107	35.546
Total	9.868.125	1.232.818	1.620.753	12.721.696	11.322.771

Circulante	11.100.943	10.033.092
Não Circulante	1.620.753	1.289.679

⁽¹⁾ Classificados no prazo de até três meses, sem considerar a média histórica do giro.

⁽²⁾ Trata-se de benefício fiscal, instituído pelo Governo Federal, que permite às empresas beneficiárias depositarem no Banco da Amazônia o valor da parcela correspondente a 30% do IR devido, conforme art. 115 da IN RFB n° 267 de 23 de dezembro de 2002.

⁽³⁾ Refere-se ao Fundo de investimento da Amazônia, benefício fiscal operado pelo Banco da Amazônia, conforme mencionado na nota explicativa n° 18.

b) Captações no mercado aberto e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)

Não houve registro de captações no mercado aberto, pertencentes à carteira própria do Banco no 3° trimestre de 2024 (não houve registro em 31/12/2003).

As obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio totalizaram R\$ 943.984 no período e estão alocadas no curto prazo (R\$ 778.601 em 31/12/2023, no curto prazo).

A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é uma modalidade de aplicação financeira que tem os valores remunerados mediante ofertas de taxas prefixadas ou flutuantes, disponibilizada aos clientes do Banco desde março de 2015.

c) Despesas de captações no mercado

	3° trim/2024	3° trim/2023	01.01 a 30.09.2024	01.01 a 30.09.2023
Despesas de Captações c/ Depósitos	(277.290)	(271.247)	(801.592)	(743.840)
A Prazo	(67.873)	(63.969)	(200.464)	(175.535)
Poupança	(13.092)	(14.078)	(36.867)	(42.363)
Especiais	(170.817)	(159.774)	(479.091)	(450.446)
Interfinanceiros	(3.311)	(9.405)	(19.744)	(15.625)
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	(18.800)	(20.787)	(55.770)	(50.893)
Judiciais	(1.380)	(1.553)	(3.922)	(4.307)
Fundo Garantidor de Créditos	(2.017)	(1.681)	(5.734)	(4.671)
Desp. de Captações Mercado Aberto (Carteira Própria)	(1.506)	(1.861)	(4.131)	(6.607)
Total	(278.796)	(273.108)	(805.723)	(750.447)

O avanço nas despesas de captação foi motivado por maior volume nos depósitos e pela taxa de juros, principalmente em: especiais e depósitos a prazo.

11. Obrigações por empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior, cujo montante em 30 de setembro de 2024 é de R\$ 62.440, com vencimento no curto prazo (R\$ 30.892 em 31/12/2023), referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 6,7% a.a. (7,2% a.a. em 31/12/2023) e variação cambial da moeda a que estão vinculados (Dólares Norte-Americanos), com vencimento no curto prazo, e cartas de crédito de importação que são registradas à taxa do dia e reajustadas pela variação cambial no final do mês.

12. Obrigações por repasses

a) Obrigações por repasses do País – Instituições oficiais

a.1) Classificação por encargos financeiros e prazo de liquidação

	30.09.2024			31.12.2023		
	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores
BNDES Finem	5,2	3,0	11.304	5,2	4,0	14.064
BNDES Industrial	3,0	9,9	176.817	3,2	9,9	192.223
BNDES Rural	3,7	3,9	122.992	3,8	4,6	158.948
BNDES Comércio	5,0	8,1	28.029	4,8	7,4	28.134
BNDES Serviços	6,6	2,1	108	6,6	2,7	236
Finame Industrial	4,1	0,1	611	3,1	1,5	1.885
Finame Rural	6,3	1,9	8.860	6,1	2,9	15.579
Finame Comércio	3,6	8,8	3.262	5,2	4,4	1.130
Finame Serviços	4,0	3,4	1.325	3,2	3,0	1.565
Fungetur (*)	4,4	3,4	23.831	-	-	23.853
STN OGU	0,5	1,0	593	0,5	1,3	599
Total			377.732			438.216

Circulante	42.656	67.025
Não circulante	335.076	371.191

(*) O Banco opera os recursos do Fundo Geral de Turismo - Fungetur, em conformidade com a Portaria MTur nº 666/2020 e tendo por finalidade o fomento e a provisão de recursos para o financiamento de empreendimentos turísticos considerados de interesse ao desenvolvimento do turismo nacional. O recurso é atualizado monetariamente com base na variação da taxa Selic e INPC.

As garantias contratuais podem ser reais, avais, fianças e outras, dependendo da natureza das operações. As garantias contratuais foram divulgadas na nota explicativa nº 27.a.

a.2) Classificação por faixa de vencimento:

As operações com recursos de repasses apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento e recursos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
BNDES Finem	356	644	966	1.932	7.406	-	-	11.304
BNDES Industrial	1.362	2.088	1.027	8.193	24.158	23.495	116.494	176.817
BNDES Rural	759	406	2.296	2.297	39.078	39.078	39.078	122.992
BNDES Comércio	603	1.050	537	4.201	8.360	6.414	6.864	28.029
BNDES Serviços	27	29	2	18	32	-	-	108
Finame Industrial	94	316	46	101	27	27	-	611
Finame Rural	-	2.655	4	909	-	-	5.292	8.860
Finame Comércio	12	37	31	79	917	900	1.286	3.262
Finame Serviços	69	127	161	371	315	213	69	1.325
Fungetur	3.707	349	1.316	2.890	15.447	122	-	23.831
STN OGU(*)	467	120	-	2	4	-	-	593
Total 30.09.2024	7.456	7.821	6.386	20.993	95.744	70.249	169.083	377.732
Total 31.12.2023	27.279	9.209	3.412	27.125	120.225	90.967	159.999	438.216

(*) Como agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco possui registrado no Orçamento Geral da União (OGU) o montante de R\$ 593 (R\$ 599 em 31/12/2023).

b) Despesas de obrigações para empréstimos e repasses

	3º trim/2024	3º trim/2023	01.01 a 30.09.2024	01.01 a 30.09.2023
Despesas de obrigações p/empréstimos e repasses	(7.047)	(9.138)	(30.444)	(33.074)
Tesouro Nacional	-	(4)	-	(15)
BNDES	(5.549)	(6.186)	(19.321)	(28.085)
Finame	(240)	(343)	(958)	(1.202)
Finep	-	-	-	(1)
Fungetur	(381)	-	(1.573)	-
Com banqueiros no exterior	(877)	(2.605)	(8.591)	(3.771)
Despesas de obrigações p/fundos fin. desenvolvimento (*)	(543.057)	(389.408)	(1.512.219)	(1.086.381)
Total	(550.104)	(398.546)	(1.542.663)	(1.119.455)

(*) O principal valor está relacionado à atualização de recursos do FNO aplicados em operações com risco 100%, impactadas pelo aumento nas liberações de repasses próprios.

13. Outros passivos

a) Sociais e estatutárias

	30.09.2024	31.12.2023
Remuneração do capital a pagar (*)	1.325	358.891
Provisão para participação nos lucros	2.515	93.171
Total	3.840	452.062
Circulante	3.840	452.062
Não circulante	-	-

(*) A variação verificada entre os períodos decorre do pagamento de JCP ocorrido em Maio/2024, e o valor que permanece é referente a JCP/Dividendos de exercícios anteriores, conforme prazo de prescrição constante da Lei nº 6.404/1976, art. 287, inciso II alínea a.

b) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	30.09.2024	31.12.2023
Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) (*) (nota nº 20)	27.618.516	22.176.613
Marinha Mercante (FMM) (nota nº 21)	57.416	60.081
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) (nota nº 19)	55.765	63.847
Outros	78	78
Total	27.731.775	22.300.619
Circulante	12.368.817	22.252.558
Não circulante	15.362.958	48.061

(*) Os saldos diários das disponibilidades do FNO são remunerados com base na taxa Selic, conforme definições da Lei Ordinária nº 14.227 de 20 de outubro de 2021 (nota nº 20), não apresentando vencimento.

c) Outros passivos financeiros

	30.09.2024	31.12.2023
Cheques administrativos	8	8
Contrato de assunção de obrigações	2	2
Obrigações por aquisição de bens e direitos	44.638	54.685
Obrigações por convênios oficiais	27	6.631
Obrigações por prestação de serviços	121	125
Parcelas de operações de crédito – securitização	1.528	494
Levantamento de depósitos recursais (nota nº 14.b.1)	19.335	18.288
Credores diversos – imobilizações	1.818	1.818
Recebimento de recursos para aval	26.055	20.500
Demais	57.727	52.514
Total	151.259	155.065
Circulante	151.259	155.065
Não circulante	-	-

d) Demais instrumentos financeiros

	30.09.2024	31.12.2023
Relações Interfinanceiras e Interdependências	34.820	9.210
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	5.729	3.392
Total	40.549	12.602
Circulante	40.549	12.602
Não circulante	-	-

14. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões estão formadas pelos valores demonstrados abaixo:

	30.09.2024	31.12.2023
Provisão para pagamentos a efetuar ⁽¹⁾	180.750	392.599
Provisão para garantias financeiras prestadas	1.705.169	1.610.416
FNO Rural/Industrial (nota nº 20)	1.680.443	1.585.610
FDA (nota nº 19)	24.342	24.404
SEC 1 (Cessão de crédito – Lei nº 9.138/1995) ⁽²⁾	379	397
Fundo de Invest. e Desenv. do Estado de Rondônia (Fider)	5	5
Provisão para passivos atuariais (nota nº 25) ⁽³⁾	1.033.763	1.146.731
Planos de benefício definido	742.033	793.929
BD liquidado	658.703	697.440
Misto liquidado	37.561	38.884
Assistidos pelo Banco	45.769	57.605
Outros - auxílio saúde	291.730	352.802
Provisão para demandas judiciais ⁽⁴⁾	134.024	131.847
Ações trabalhistas (Indenizações)	74.125	76.889
Ações cíveis	53.191	48.463
Ações fiscais	2.693	1.974
Ações trabalhistas (Capaf)	4.015	4.521
Provisão para planos saldados (nota nº 25) ⁽⁴⁾	318.744	407.687
Plano BD	297.541	364.758
Plano misto	21.203	42.929
Provisões diversas ⁽⁴⁾	349	349
Desvalorização de bens	349	349
Total	3.372.799	3.689.629
Circulante	934.754	1.041.976
Não circulante	2.438.045	2.647.653

⁽¹⁾ A queda se deu pela devolução ao FNO dos valores provisionados da taxa de administração que foram recebidos a maior dos períodos de 2021 e 2022, conforme Ofício SNFI-MIDR nº 24/2024 (nota nº 20).

⁽²⁾ Cessão de crédito – Lei nº 9.138/1995: corresponde ao provisionamento do saldo das operações renegociadas ao amparo da Lei nº 9.138/1995 – Securitização 1 – de responsabilidade do Banco. O saldo dessas operações encontra-se registrado na conta "Coobrigações em cessões de crédito", do grupamento de compensação. Em 30 de setembro de 2024, o montante corresponde foi de R\$ 4.359 (R\$ 4.663 em 31/12/2023).

⁽³⁾ Através da IN BCB nº 275, de 01 de abril de 2022, o Bacen criou contas de "Passivos atuariais", que se destinam aos registros dos passivos atuariais gerados por fundos de pensão definidos ou planos de saúde de empregados.

⁽⁴⁾ A movimentação das provisões para demandas judiciais, planos saldados e provisões diversas está especificada na nota explicativa nº 14.c.

a) Movimentação da provisão para garantias financeiras prestadas

	Saldos em 31.12.2023	Complemento de Provisões	Pagamento de Perdas	Reversões	Saldos em 30.09.2024
Risco FNO Rural (nota nº 20)	637.969	203.567	(68.615)	(5.160)	767.761
Risco FNO Industrial (nota nº 20)	947.641	59.637	(92.715)	(1.881)	912.682
SEC 1 (cessão de crédito – Lei 9.138/1995)	397	2	-	(20)	379
FDA (nota nº 19)	24.404	1.865	(1.380)	(547)	24.342
Fundo Invest. e Desenv. Estado Rondônia (Fider)	5	-	-	-	5
Total	1.610.416	265.071	(162.710)	(7.608)	1.705.169

	Saldos em 31.12.2022	Complemento de Provisões	Pagamento de Perdas	Reversões	Saldos em 30.09.2023
Risco FNO Rural (nota nº 20)	615.694	94.494	(57.405)	-	652.783
Risco FNO Industrial (nota nº 20)	926.379	157.607	(77.241)	-	1.006.745
SEC I (cessão de crédito – Lei 9.138/1995)	302	269	-	-	571
FDA (nota nº 19)	24.341	1.182	(796)	(230)	24.497
Fundo Invest. e Desenv. Estado Rondônia (Fider)	5	-	-	-	5
Total	1.566.721	253.552	(135.442)	(230)	1.684.601

b) Provisão para demandas judiciais

A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela área jurídica. Os valores são atualizados através da perda média ou da apuração individual, conforme melhor estimativa para o processo, não havendo aumento no valor descontado da provisão a valor presente.

As ações são classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por ações trabalhistas, fiscais, cíveis e outras ações.

A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender à probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos. Não há previsão de qualquer reembolso esperado para as classes de provisão.

O Banco preconiza a mensuração e divulgação tanto da provisão quanto do passivo contingente, em conformidade com normas e regulamentações internas e externas.

Em função das atividades que desenvolve, o Banco possui demandas trabalhistas, fiscais e cíveis em trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais.

As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

b.1) Levantamento de depósitos recursais

Em 30 de setembro de 2024, os levantamentos de depósitos recursais alcançaram o montante de R\$ 19.335 (R\$ 18.288 em 31/12/2023) e estão registrados na rubrica “Outros passivos financeiros” (nota explicativa nº 13.c).

Encontram-se registrados na rubrica “Outros instrumentos financeiros” os depósitos em garantia de recursos, para os quais foi constituída uma provisão de R\$ 23.277 (R\$ 23.659 em 31/12/2023), relativa aos depósitos recursais baixados em outras instituições financeiras.

Os saldos dos depósitos em garantia de recursos estão abaixo demonstrados:

	30.09.2024	31.12.2023
Demandas trabalhistas	73.164	70.905
(-) Provisão p/devedores depósitos recursais	(23.277)	(23.659)
Demandas fiscais	348	348
Demandas cíveis	770	770
Total (nota nº 8)	51.005	48.364

b.2) Ações trabalhistas

Estão ligadas a processos judiciais em que o Banco é réu, movidas, na grande maioria, por empregados e ex-empregados, sindicatos ou outros órgãos de representação da categoria, ex-empregados de empresas terceirizadas. Consistem em diversos pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação, responsabilidade subsidiária e outros.

b.3) Ações fiscais

O Banco está sujeito a questionamentos com relação a tributos e condutas fiscais que podem, eventualmente, gerar autuações: composição da base de cálculo do IRPJ e da CSLL – dedutibilidades, discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos geradores, a maioria das ações judiciais versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/COFINS, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Para garantia destas ações, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão, de forma a impedir a inclusão do Banco em cadastros restritivos, bem como a não obstar a renovação semestral de sua certidão de regularidade fiscal.

b.4) Ações cíveis

Os processos judiciais de natureza cível consistem em ações de clientes e usuários pleiteando indenizações por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, devolução de valores por revisão contratual, entre outras. As indenizações por danos materiais e morais, geralmente, têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas e julgadas nos juizados especiais cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários-mínimos.

Destacam-se nas ações judiciais cíveis as ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. O saldo da provisão estimada para cobrir futuras perdas é de R\$ 9.711 (R\$ 4.262 em 31/12/2023).

b.5) Outras contingências - Capaf

Nos valores registrados em outras contingências-Capaf constam provisões para cobrir ações movidas por participantes da Capaf, pleiteando, na maioria, devolução de contribuição e equiparação de remuneração aos empregados da ativa.

c) Movimentação das provisões para demandas judiciais, planos saldados e diversas (classificadas como prováveis)

	Trabalhistas (Indenizações)	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas (CAPAF)	Planos Saldados	Diversas - Devs. Bens	Total
Saldo no início do período	76.889	48.463	1.974	4.521	407.687	349	539.883
Adições	65.622	43.312	1.602	9	-	-	110.545
Atualização monetária	-	-	-	-	23.888	-	23.888
Baixa por pagamento	(40.701)	(31.239)	(882)	-	(112.831)	-	(185.653)
Reversão da provisão	(27.685)	(7.345)	(1)	(515)	-	-	(35.546)
Saldo no final do período	74.125	53.191	2.693	4.015	318.744	349	453.117

d) Cronograma esperado de desembolsos

	Trabalhistas (Indenizações)	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas (CAPAF)	Planos Saldados	Diversas - Devs. bens	Total
Até 5 anos	47.956	19.281	1.323	477	215.934	349	285.320
De 5 anos a 10 anos	16.222	17.285	907	1.141	102.810	-	138.365
Acima de 10 anos	9.947	16.625	463	2.397	-	-	29.432
Total	74.125	53.191	2.693	4.015	318.744	349	453.117

O cenário composto pela imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como, a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de desembolso.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações financeiras e não requerem provisão.

e) Demandas judiciais – perda possível

Saldos das demandas judiciais, classificadas como risco de perda possível:

Demandas judiciais – Possíveis	30.09.2024	31.12.2023
Causas fiscais	35.663	36.150
Causas trabalhistas	45.358	27.648
Causas cíveis	859.353	782.299
Causas Capaf	411	411
Total	940.785	846.508

Dentre as demandas judiciais possíveis, as causas cíveis, estão compostas pelos processos classificados a seguir:

Causas Cíveis – Possíveis	30.09.2024	31.12.2023
Anulação de contrato	5.466	3.592
Cotas Finam	26.740	4.717
Criminal	702	702
Danos morais e materiais	143.456	147.979
Debêntures do Finam	5.616	5.616
Exclusão de restritivos	7.131	7.089
Fundos Banco Santos	54	89
Honorários advocatícios	434.918	434.979
Inexistência de débitos	24.568	34.337
Planos Econômicos	96	57
Revisional	208.336	142.206
Obrigação de Fazer	1.365	936
Concurso Público	905	-
Total	859.353	782.299

As maiores variações verificadas (Revisional e Cotas Finam) são decorrentes de avaliação jurídica diante da atual situação dos processos.

15. Patrimônio líquido

a) Valor patrimonial e valor de mercado por ação ordinária

	30.09.2024	31.12.2023
Patrimônio líquido do Banco da Amazônia	6.804.740	5.883.325
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	121,39	104,95
Valor de mercado por ação (R\$) ⁽²⁾	91,10	95,00

⁽¹⁾ Calculado com base no patrimônio líquido do Banco da Amazônia S.A.

⁽²⁾ Cotação de fechamento do mês, conforme B³ - Brasil, Bolsa, Balcão.

b) Capital social

Em 30 de setembro de 2024, conforme estatuto social, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 3.654.918 (R\$ 3.654.918 em 31/12/2023) e está representado por 56.058.315 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal (56.058.315 ações ordinárias nominativas em 31/12/2023).

Quantidade de ações	30.09.2024	31.12.2023
Domiciliados no país	56.041.743	56.040.242
Domiciliados no exterior	16.572	18.073
Total	56.058.315	56.058.315

A participação acionária no capital do Banco está assim distribuída:

	30.09.2024		31.12.2023	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União	54.379.976	97,0	54.379.991	97,0
Administração direta – Ministério da Fazenda	41.098.862	73,3	41.098.877	73,3
Administração indireta	13.281.114	23,7	13.281.114	23,7
FI CAIXA FGEDUC - Fundo de investimento multimercado	10.427.301	18,6	10.427.301	18,6
BB FGO - Fundo investimento em ações	2.853.813	5,1	2.853.813	5,1
Em circulação	1.678.339	3,0	1.678.324	3,0
Total	56.058.315	100,0	56.058.315	100,0

c) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação, no valor de R\$ 16.452 (R\$ 16.944 em 31/12/2023) referem-se às reavaliações de ativos. As realizações dessas reservas, no período, importaram em R\$ 492, decorrentes de depreciação (R\$ 656 em 31/12/2023). Conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

d) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária destina-se ao reforço patrimonial para gerir o FNO. Do lucro líquido apurado no período é destinado, no mínimo, 80% do saldo que remanescer, até que alcance 10% do total de recursos aplicados ao referido fundo, limitado ao que determina o art. 199 da Lei nº 6.404/1976.

O quadro abaixo demonstra os saldos das reservas de capital e de lucros:

	30.09.2024	31.12.2023
Reservas de capital	2.253	2.253
Reservas de lucros	3.226.766	2.687.292
Legal	343.953	316.996
Estatutária	2.754.684	2.370.296
Especiais de lucros	128.129	-

e) Lucro por ação

O lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade de ações ordinárias em circulação, conforme quadro a seguir:

	30.09.2024	30.09.2023
Lucro líquido atribuível aos acionistas	858.506	899.423
Quantidade de ações (em unidades)	56.058.315	56.058.315
Lucro por ação básico (R\$)	15,31452	16,04441

f) Outros resultados abrangentes

São registrados os ganhos ou as perdas decorrentes de reavaliação de ativos e passivos, líquidos de efeitos tributários, conforme legislação vigente.

Os saldos estão abaixo apresentados:

	30.09.2024	31.12.2023
Outros resultados abrangentes	(398.721)	(461.138)
Reserva de reavaliação	16.452	16.944
Ajuste de avaliação patrimonial	(415.173)	(478.082)
Títulos disponíveis para venda	(173.398)	(99.948)
Ajustes de avaliação atuarial	(241.775)	(378.134)

16. Tributos

a) Provisões constituídas

Neste período o Banco apurou lucro tributável e base positiva de contribuição social, tendo sido efetuada a correspondente provisão.

A conciliação dos encargos para o cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, no período, está assim resumida:

	30.09.2024		30.09.2023	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes da tributação e participações	979.366	979.366	1.183.959	1.183.959
Participações estatutárias	(261)	(261)	-	-
Resultado antes do IRPJ e CSLL	979.105	979.105	1.183.959	1.183.959
Exclusões líquidas caráter permanente	(865.215)	(865.476)	(617.145)	(617.145)
Adições líquidas caráter temporário	874.646	874.646	425.092	425.092
Lucro tributável antes compensações	988.536	988.275	991.906	991.906
Alíquotas	15%	20%	15%	20%
Valores devidos pela alíquota normal	148.280	197.655	148.786	198.381
Adicional de imposto de renda (10%)	98.836	-	99.173	-
Incentivos	(4.435)	-	(6.433)	-
Valores devidos	242.681	197.655	241.526	198.381
Realização reserva reavaliação e diferido s/MTM	(227)	(182)	(185)	(147)
Valores registrados em resultado antes ativação	242.454	197.473	241.341	198.234
Crédito tributário s/diferenças temporárias	(177.404)	(141.924)	(86.133)	(68.906)
Valores efetivamente registrados no resultado	65.050	55.549	155.208	129.328
% despesa efetiva em relação ao lucro antes IRPJ/CSLL	6,6	5,7	13,1	10,9

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

O Banco registra como ativo fiscal diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, principalmente, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Relativamente aos planos de benefícios saldados, a atualização financeira dos contratos, que é registrada no resultado do Banco, está sendo ativada considerando a previsão de realização nos próximos 10 anos e calculada pelo atuário do Banco.

Foram consideradas como baixas/realização todos os pagamentos efetuados para os referidos planos.

Houve ainda ativação e baixa de crédito tributário sobre os resultados abrangentes, conforme determinado pela Resolução CVM nº 110/2022, de acordo com a movimentação ocorrida nos ajustes da obrigação do Banco junto aos planos de benefício pós-emprego.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos são adotados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020 e pela Resolução Bacen nº 2/2020.

Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de dez anos.

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado e no patrimônio líquido, apresentaram a seguinte movimentação durante o período findo em 30 de setembro de 2024:

	31.12.2023	Constituição	Realizado	30.09.2024
Imposto de renda				
Provisão trabalhista	81.410	65.631	68.900	78.141
Provisão para risco de crédito – Banco	792.619	791.768	121.738	1.462.649
Provisão para risco de crédito – FNO	775.905	270.727	106.206	940.426
Auxílio pós-emprego/Planos Saldados	683.583	27.939	401.068	310.454
Desv. marcação a mercado – Título disponível p/ venda	195.018	114.402	-	309.420
Provisão para passivos legais e judiciais	46.174	38.106	38.109	46.171
Provisão para reajuste futuro-Res.CMN nº 4.877/2020	684	3.684	3.772	596
Outras provisões	118.022	7.489	3.857	121.654
Base de cálculo	2.693.415	1.319.746	743.650	3.269.511
Imposto de renda diferido (25%)	673.353	329.937	185.912	817.378
Contribuição social				
Provisão trabalhista	81.410	65.631	68.900	78.141
Provisão para risco de crédito – Banco	792.619	791.768	121.738	1.462.649
Provisão para risco de crédito – FNO	775.905	270.727	106.206	940.426
Auxílio pós-emprego/Planos Saldados	683.583	27.939	401.068	310.454
Desv. marcação a mercado – Título disponível p/ venda	195.018	114.402	-	309.420
Provisão para passivos legais e judiciais	46.174	38.106	38.109	46.171
Provisão para reajuste futuro-Res.CMN nº 4.877/2020	684	3.684	3.772	596
Outras provisões	110.990	7.489	3.857	114.622
Base de cálculo	2.686.383	1.319.746	743.650	3.262.479
Contribuição social diferida (20%)	537.277	263.949	148.730	652.496
Total do crédito tributário	1.210.630	593.886	334.642	1.469.874

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado no estudo técnico, na forma que estabelece o CMN/Bacen e são classificados como realizáveis a longo prazo, conforme recomenda a Res. Bacen nº 2/2020, independentemente da expectativa de realização.

d) Expectativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A perspectiva de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em 30 de setembro de 2024, apresenta-se da seguinte forma:

Créditos tributários	2024	2025	2026	2027	2028	De 2029 a 2033	Total
Crédito tributário de I.R	148.039	73.261	70.219	51.499	40.198	434.161	817.377
Crédito tributário de C. Social	118.432	58.609	56.175	41.200	32.159	345.922	652.497
Total – valores nominais	266.471	131.870	126.394	92.699	72.357	780.083	1.469.874
Índice acumulado a.a (%)	1,11	1,21	1,33	1,45	1,57	-	-
Valor presente destes ativos	241.150	108.714	95.248	63.930	46.146	-	-

Para determinação do valor presente da expectativa de realização futura dos créditos tributários foi adotada a taxa média de captação ao ano, prevista pelo Banco, para os próximos cinco anos.

e) Créditos tributários não ativados

Esses créditos tributários não foram ativados em razão da expectativa de realização ultrapassar os dez anos, conforme definido no estudo técnico como critério para ativação. Origem dos créditos tributários não ativados:

	30.09.2024	31.12.2023
Provisão FNO	325.716	333.239
Provisão auxílio pós emprego	972.616	870.834
Provisão ativos atuariais – CAPAF	177.205	107.769
Outras provisões	44.407	43.089
Total das provisões	1.519.944	1.354.931
Créditos tributários (CSLL) ⁽¹⁾	303.989	270.986
Créditos tributários (IRPJ) ⁽²⁾	379.596	338.343
Total créditos tributários não ativados (IRPJ e CSLL)	683.585	609.329

⁽¹⁾ CSLL - alíquota de 20% a partir de março/2020.

⁽²⁾ IRPJ - alíquota de 25%. Para efeito de cálculo do crédito tributário não ativado de IRPJ foi desconsiderado o saldo de R\$ 1.560 de acordo com o artigo nº 510 do Decreto nº 9.580/2018.

Em 30 de setembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal de imposto de renda e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

f) Impostos e contribuições a compensar

Em 30 de setembro de 2024, os “Impostos e contribuições a compensar” alcançaram o montante de R\$ 13.537 (R\$ 11.773 em 31/12/2023) e estão registrados na conta “Ativos fiscais correntes e diferidos”.

g) Obrigações fiscais correntes e diferidas

	30.09.2024	31.12.2023
Fiscais e previdenciárias	340.922	132.764
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros ⁽¹⁾	298.333	78.698
Impostos e contribuições a recolher	42.590	54.066
Provisões para Impostos e contribuições diferidos ⁽²⁾	15.572	15.778
Total	356.494	148.542
Circulante	44.754	56.001
Não circulante	311.740	92.541

⁽¹⁾ O avanço observado neste período se deu pelo aumento da base de cálculo do Lucro Real decorrente da queda das exclusões líquidas e, ainda, pela não utilização do JCP.

⁽²⁾ É registrado neste item o valor proveniente de crédito diferido sobre marcação a mercado e reavaliação.

17. Desdobramento das contas de resultado

Os itens mais relevantes que compõem as contas de resultado estão a seguir demonstrados:

a) Receitas de prestação de serviços

	3° trim/2024	3° trim/2023	01.01 a 30.09.2024	01.01 a 30.09.2023
Administração de fundos e programas	119.370	141.810	362.181	393.341
FNO (nota nº 20) ⁽¹⁾	114.506	137.371	347.918	380.544
Art 19 da Lei nº 8.167/1991	195	97	447	409
Finam (nota nº 18)	4.576	4.218	13.535	11.995
Outras - FDA ⁽²⁾	93	124	281	393
Rendas de garantias prestadas	5	-	5	-
Outros serviços	23.976	9.228	52.831	24.937
Demais rendas	23.976	9.228	52.831	24.937
Sub-total	143.351	151.038	415.017	418.278
Rendas de tarifas bancárias	58.100	61.844	189.148	186.080
Pessoa física	36.181	39.253	113.085	123.039
Pessoa jurídica	21.919	22.591	76.063	63.041
Total	201.451	212.882	604.165	604.358

⁽¹⁾ A redução observada, entre os períodos, se deve à nova metodologia de cálculo do FNO.

⁽²⁾ Trata-se de remuneração especial, correspondendo à taxa de 1,5% a.a nas operações do FDA, em conformidade com Decreto nº 4.254/2002, artigo 3º, inciso II, alínea B (Incluído pelo Decreto nº 5.593/2005).

b) Despesas com pessoal

	3° trim/2024	3° trim/2023	01.01 a 30.09.2024	01.01 a 30.09.2023
Honorários	(1.005)	(967)	(3.179)	(3.325)
Benefícios	(28.563)	(23.119)	(80.442)	(68.311)
Encargos sociais	(48.885)	(47.973)	(139.854)	(132.085)
Proventos	(109.125)	(106.450)	(325.903)	(301.717)
Treinamento	(1.534)	(704)	(3.441)	(3.116)
Remuneração de estagiários	(874)	(847)	(2.508)	(2.225)
Total	(189.986)	(180.060)	(555.327)	(510.779)

c) Outras despesas administrativas

	3° trim/2024	3° trim/2023	01.01 a 30.09.2024	01.01 a 30.09.2023
Água, energia e gás	(3.617)	(3.348)	(10.360)	(9.428)
Aluguéis	(4.864)	(4.637)	(14.435)	(14.147)
Processamento de dados	(31.974)	(13.333)	(65.868)	(52.140)
Comunicações	(3.766)	(4.431)	(12.955)	(12.043)
Manutenção e conservação de bens	(5.641)	(3.397)	(15.532)	(10.772)
Material	(151)	(129)	(216)	(302)
Serviços de terceiros	(18.358)	(10.782)	(46.399)	(25.855)
Vigilância e segurança	(8.792)	(8.240)	(25.903)	(28.156)
Serviços do sistema financeiro	(4.746)	(5.308)	(17.704)	(15.808)
Promoções e relações públicas	(7.540)	(3.853)	(12.955)	(8.637)
Propaganda e publicidade	(982)	(1.007)	(5.462)	(4.745)
Publicações oficiais	(153)	(56)	(1.375)	(1.531)
Serviços técnicos especializados	(41.952)	(3.972)	(53.797)	(16.330)
Transporte	(4.493)	(3.711)	(11.871)	(11.452)
Viagens	(2.225)	(1.077)	(5.877)	(3.502)
Depreciação (nota nº 9)	(4.175)	(4.471)	(12.580)	(13.728)
Amortização (nota nº 9)	(5.267)	(6.639)	(17.211)	(19.793)
Demais despesas administrativas	(2.449)	(1.861)	(8.112)	(6.869)
Total	(151.145)	(80.252)	(338.612)	(255.238)

d) Despesas tributárias

	3° trim/2024	3° trim/2023	01.01 a 30.09.2024	01.01 a 30.09.2023
ISS	(3.992)	(3.924)	(10.452)	(10.313)
Cofins	(29.925)	(31.573)	(92.740)	(95.751)
PIS/Pasep	(4.863)	(5.131)	(15.070)	(15.560)
Demais tributos	(612)	(581)	(4.586)	(10.613)
Total	(39.392)	(41.209)	(122.848)	(132.237)

e) Demais receitas e despesas operacionais e despesas de provisões

	3° trim/2024	3° trim/2023	01.01 a 30.09.2024	01.01 a 30.09.2023
Demais receitas operacionais				
Reversão de provisões	15.068	90.444	49.109	165.846
Reversão de provisões contingenciais (*)	8.071	84.656	35.546	141.905
Reversão de PCLD do FNO	1.881	-	7.041	-
Reversão de outras provisões operacionais	5.116	5.788	6.522	23.941
Rendas de <i>del credere</i> – FDA	1.006	1.023	2.940	3.040
Receita variação taxas - FMM	2.202	1.800	2.291	8.872
Receita variação taxa câmbio	1.514	793	1.514	4.574
Multas – operações crédito geral	601	816	1.976	2.510
Rendas s/depósito compulsório	2.733	2.711	7.689	8.597
Rendas de atualização Selic sobre tributos a compensar	261	667	764	3.872
Atualização de devoluções judiciais trabalhistas	2.192	1.309	2.383	1.755
Demais	335	45	1.668	1.168
Total	25.912	99.608	70.334	200.234

(*) Nos valores apresentados destaque para a conta de contingências judiciais trabalhistas. No período acumulado de 01.01 a 30.09.2023, destaque para a reversão de provisão motivada pela publicação de acórdão RCL nº 36.337/2023 relativo a julgamento de processo trabalhista.

	3° trim/2024	3° trim/2023	01.01 a 30.09.2024	01.01 a 30.09.2023
Demais despesas operacionais				
Despesas de variação de taxa FMM	(245)	(1.691)	(245)	(5.695)
Despesa de variação taxa câmbio	(207)	(2.211)	(1.192)	(2.925)
Grade de eventos perdas operacionais (1)	(58)	(13.030)	(423)	(13.999)
Despesas s/saldos credores do INSS	(202)	(253)	(562)	(708)
Dividendos a pagar juros s/capital	-	-	(13.402)	(12.861)
Despesas desconto concedido renegociação	(43)	(4)	(4.705)	(3.402)
Pagamento de causas (2)	(4.081)	(9.156)	(20.137)	(21.773)
Multa de órgãos oficiais	(31)	(8)	(142)	(332)
Pagto benefícios/pensões – INSS	(552)	(379)	(1.290)	(1.144)
Honorários periciais - determinação judicial	(41)	(140)	(89)	(163)
Decisões, Condenações Judiciais Ativos	-	-	(3.422)	-
Estorno de encargos carteira de fomento	(254)	(1.815)	(263)	(1.839)
Depósitos recursais zerados	-	(93)	(254)	(2.439)
Cumprimento decisões judiciais trabalhistas	(107)	(153)	(419)	(425)
Despesas estorno encargos carteira sustentação	-	(2.384)	-	(4.033)
Devolução taxa administração FNO (3)	-	-	(23.807)	(244.826)
Remuneração s/ adiantamento operações PNMPO (4)	-	-	(10.253)	-
Atualização complemento remuneração do disponível FNO (5)	-	-	(81)	(54)
Demais despesas operacionais	(358)	(100)	(824)	(325)
Total	(6.179)	(31.417)	(81.510)	(316.943)

(1) Em conformidade com as Resoluções CMN nºs 4557/2017 e 4.945/2021, o Banco classifica perdas operacionais como resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Assim sendo, são gerenciadas 9 categorias de eventos.

(2) Referem-se as diferenças em pagamentos judiciais decorrentes em grande parte de: atualização monetária, utilização da metodologia de perda média para o grupo massificado de ações (que se compensa com reversões verificadas no mesmo grupo) e alteração no índice de correção do passivo trabalhista. Nos valores apresentados, destaque para o pagamento de execuções trabalhistas.

(3) Referente à devolução da taxa de administração do FNO, do período de 2021 e 2022, conforme Ofício SNFI/MIDR nº 24/2024.

(4) Refere-se à remuneração do disponível do FNO calculada sobre o valor reservado para atender operações de PNMPO, conforme Portaria MIDR nº 3055/2023.

(5) Refere-se à atualização do complemento de remuneração do disponível do FNO face recálculo da taxa de administração.

	3° trim/2024	3° trim/2023	01.01 a 30.09.2024	01.01 a 30.09.2023
Despesas de provisões				
Garantia financeira prestada	(74.059)	(66.141)	(265.071)	(253.552)
Passivo atuarial	(40.643)	(42.186)	(175.268)	(125.392)
Atualização benefícios pós-emprego PBD e PMB	(30.126)	(30.407)	(143.674)	(94.262)
Pós-emprego assistidos/auxílio-saúde	(10.517)	(11.779)	(31.594)	(31.130)
Demandas judiciais	(38.358)	(30.194)	(110.545)	(129.236)
Passivos trabalhistas	(21.910)	(20.560)	(65.622)	(75.606)
Passivos cíveis/sucumbências	(16.207)	(4.982)	(36.504)	(47.800)
Passivos cíveis - fundos investimento	-	(2.955)	(6.808)	(4.106)
Outras contingências - fiscais	(232)	(1.586)	(1.602)	(1.586)
Provisão ativos atuariais – CAPAF	(9)	(111)	(9)	(138)
Planos saldados (nota nº 25.b)	(5.049)	(4.866)	(23.888)	(30.787)
Total	(158.109)	(143.387)	(574.772)	(538.967)

f) Resultado não operacional

	3° trim/2024	3° trim/2023	01.01 a 30.09.2024	01.01 a 30.09.2023
Receitas não operacionais	671	83	895	7.325
Lucros em transações com valores e bens	-	47	-	47
Outras receitas não operacionais	671	36	895	7.278
Ganhos de capital	12	11	27	7.045
Rendas de aluguel	1	1	4	3
Reversão de provisões não operacionais	636	-	645	-
Outras rendas não operacionais	22	24	219	230
Despesas não operacionais	-	(78)	-	(84)
Prejuízo na alienação de valores e bens	-	(5)	-	(5)
Outras despesas não operacionais	-	(73)	-	(79)
Diversas	-	(73)	-	(79)
Total	671	5	895	7.241

18. Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM)

O FINAM foi criado pelo Decreto-lei nº 1.376/1974. É um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal e instituído com a missão de assegurar os recursos necessários para os projetos considerados de interesse para a Amazônia Legal. O Banco, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do FINAM. No Banco, encontram-se registros relacionados a:

	3° trim/2024	3° trim/2023	01.01 a 30.09.2024	01.01 a 30.09.2023
Receita de prestação de serviço (nota nº 17.a) ^(*)	4.576	4.218	13.535	11.995

^(*) A taxa de administração corresponde a 3% sobre 70% do PL do fundo

	30.09.2024	31.12.2023
Entrada de recursos ^(*)	-	37.845

^(*) Trata-se de liberação financeira conforme Portaria Interministerial nº 93/2018.

O Banco vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do fundo. No atual estágio dos processos, estão classificados como de perda possível, com divulgação na nota explicativa nº 14, como parte das causas cíveis.

Em atendimento à Portaria do Ministério da Integração de Desenvolvimento Regional (MIDR) nº 2.896/2022 e à Lei nº 14.165/2021, que disciplinam sobre os mecanismos para desinvestimentos, liquidação e extinção das carteiras de títulos e valores mobiliários dos fundos de investimentos regionais, o Banco, como operador do FINAM, iniciou os procedimentos para recompra de cotas estabelecidos pelo Departamento de Instrumentos Financeiros e Inovação, do referido Ministério.

A oferta de recompra de cotas do FINAM será operacionalizada por meio de leilões de compra organizados na B³ S/A-Brasil, Bolsa, Balcão, por intermédio de Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários, e a recompra de cotas estará disponível,

provavelmente, até dezembro de 2028, data de encerramento do prazo de amortização das renegociações dispostas no art. 3º, da citada Portaria, e da possível liquidação do fundo.

19. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

O Fundo é regulamentado pelos Decretos nºs 4.254/2002 e 10.053/2019. O Banco é agente operador na modalidade de financiamentos por meio de emissão de debêntures e para contratação de operações de crédito por repasse. Como agente operador, verificam-se no Banco os seguintes saldos:

	30.09.2024	31.12.2023
<i>Del credere</i> ⁽¹⁾	29.806	27.673
Risco da provisão ⁽²⁾ (nota nº 14.a)	24.342	24.404
Repasses do tesouro ⁽³⁾ (nota nº 13.b)	55.765	63.847

⁽¹⁾ Está registrado em "Rendas a receber". A baixa ocorre pelo pagamento por parte do tomador do crédito.

⁽²⁾ Calculado de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999 e registrado em "Provisão para garantias financeiras prestadas".

⁽³⁾ Estão registrados em "Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento".

Conforme o Decreto nº 4.254/2002, em 30 de setembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram liberações, com isso, não gerou taxa de administração. As despesas e reversões provenientes da provisão de risco de operações - FDA estão apresentadas a seguir:

	3º trim/2024	3º trim/2023	01.01 a 30.09.2024	01.01 a 30.09.2023
Despesa de provisão risco de operações - FDA (nota nº 14.a)	(688)	-	(1.865)	(1.182)
Reversão de provisão risco de operações - FDA (nota nº 14.a)	319	35	547	230

A Resolução CMN nº 4.960/2021 define critérios, condições, prazos e remuneração das instituições financeiras nos financiamentos concedidos com recursos do FDA.

20. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

O FNO é um fundo do Governo Federal para fomentar o desenvolvimento econômico e social da Região Norte. O Banco na qualidade de instituição financeira federal de caráter regional é administrador do Fundo, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento, com foco na sustentabilidade e ações econômicas, ambientais, sociais e de governança para redução das desigualdades intra e inter-regionais.

O Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	3º trim/2024	3º trim/2023	01.01 a 30.09.2024	01.01 a 30.09.2023
Taxa de administração (nota nº 17.a)	114.506	137.371	347.918	380.544
FNO	90.831	114.467	278.910	312.147
FNO – PRONAF	23.675	22.904	69.008	68.397
<i>Del credere</i>	481.470	396.742	1.365.721	1.155.624
Recuperação de operações ⁽¹⁾	15.473	8.265	197.055	155.017
Remuneração do disponível (nota nº 23)	(92.339)	(114.470)	(234.137)	(245.776)
Outras despesas operacionais ⁽²⁾	-	-	(34.141)	(244.880)
Despesa de provisão (risco compartilhado)	(73.370)	(66.139)	(263.204)	(252.101)
Reversão de provisão FNO	1.881	-	7.041	-

⁽¹⁾ Do montante apresentado no período de 01.01 a 30.09.2024, R\$ 125.533 referem-se às operações baixadas, com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005 (R\$ 79.345 em 2023) e o restante refere-se à recuperação de operações indenizadas 71.522 (R\$ 75.672 em 2023).

⁽²⁾ Do montante apresentado no período de 01.01 a 30.09.2024 estão contemplados: R\$ 21.949 referente à atualização calculada sobre a devolução ao FNO da taxa de administração recalculada do período 2021 e 2022, R\$ 1.939 relativo à devolução do principal e, ainda, R\$ 10.253 pela remuneração do disponível do FNO calculada sobre o valor reservado para atender operações de PNMPPO, conforme Portaria MIDR nº 3055/2023 e Ofício nº 24/2024/SNFI-MIDR. No acumulado de 2023, o total corresponde à devolução de taxa de administração do FNO pela revisão de valores ocorrida em conformidade com o MIDR.

Como administrador dos recursos do FNO e de acordo com a lei de sua criação – Lei 7.827/1989, o Banco faz jus a uma taxa de administração (art. 9-A), a qual é reconhecida como receita mensalmente conforme percentuais estabelecidos sobre o Patrimônio Líquido do FNO (art.17-A), deduzidos os saldos dos recursos desse fundo (art. 4º da Lei nº 9.126/1995), os valores repassados ao banco administrador (§ 11 do art. 9º-A desta lei) e os saldos das operações contratadas (art. 6º-A da Lei nº 10.177/2001).

Em janeiro de 2023, essa taxa de administração foi alterada da seguinte forma: (i) redução de 0,15% a.m. para 0,125% a.m. e, (ii) limitação a 20% dos repasses do Tesouro Nacional, a título de remuneração aos agentes financeiro das operações contratadas.

A Lei nº 14.227/2021 estabeleceu nova regra, a partir de 1º de janeiro de 2022, para o *del credere*, considerando o porte dos clientes. O *del credere* corresponde a 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei nº 10.177/2001), com risco compartilhado de 50%. As operações em que o Banco assume risco 100%, o *del credere* é de 6% a.a. Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não auferiu remuneração, por estar isento de risco. Em 2021, com a vigência da MP nº 1.052, a partir de 19 de maio daquele ano, a comissão estava limitada a 5,5% conforme anexo II, porém a Lei nº 14.227 revogou a MP e retornou o limite para 6%, de acordo com seu art. 7º.

Após consulta ao Ministério da Integração do Desenvolvimento Regional acerca da ratificação da metodologia de apuração da taxa de administração, considerando-se as alterações inseridas pela Lei nº 13.682/2018 e a incidência dos valores repassados ao Banco a título de risco integral Banco na forma do artigo 9º-A da lei 7.827/89, o Banco recebeu orientações daquele órgão para a partir de março de 2023, aplicar na metodologia utilizada para cálculo da taxa de administração o saldo médio diário dos valores repassados ao Banco administrador.

O MIDR ratificou o entendimento junto à CGU sobre a metodologia de apuração da taxa de administração e concluiu pela necessidade de revisão dos valores pagos a maior e o reembolso ao fundo pelo Banco da Amazônia. Diante disto, neste período, o Banco realizou a devolução de R\$ 266.999 ao Fundo pelos valores recebidos a maior a título de Taxa de administração, referente aos períodos de 2021 e 2022, conforme Ofício nº24/2024/SNFI-MIDR.

O patrimônio líquido e disponível do Fundo, provisões e repasses relacionados ao FNO estão apresentados a seguir:

	30.09.2024	31.12.2023
Patrimônio Líquido do FNO ⁽¹⁾	51.663.872	47.318.303
Disponível do FNO ⁽²⁾	3.333.806	1.894.155
Provisão Risco FNO ⁽³⁾ (nota nº 14)	1.680.443	1.585.610
Repasses de Recursos para Outras Instituições Financeiras ⁽⁴⁾ (nota nº 8)	304.424	324.285
Provisão para perdas em repasses (nota nº 8)	(25)	(32)

⁽¹⁾ Está registrado em contas de compensação do Banco "Patrimônio de Fundos Públicos Administrados".

⁽²⁾ É remunerado à taxa Selic, segundo definições da Lei Ordinária nº 14.227/2021 e o encargo é registrado no grupo "Despesas de obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento".

⁽³⁾ É registrada na conta "Provisão para garantias financeiras prestadas" e a despesa correspondente ao risco compartilhado, sendo calculada de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 2.682/1999.

⁽⁴⁾ Estão registrados em "Devedores por repasse de outros recursos" e o Banco assume risco integral junto ao Fundo.

Neste período, o Banco procedeu à baixa de R\$ 59.574 (R\$ 46.882 no 3º trim/2023) de operações de crédito do FNO com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias, conforme estabelece a Portaria Interministerial nº 11/2005.

A forma de devolução das parcelas vencidas e a responsabilidade desta instituição (risco compartilhado) consistem no ressarcimento, ao disponível do fundo, 48 (quarenta e oito) horas úteis após o registro da baixa como prejuízo. Neste período, foi devolvido ao fundo, o montante de R\$ 56.543 (R\$ 47.995 no 3º trim/2023).

Apresentamos abaixo o quadro da composição da obrigação com os recursos do FNO:

	30.09.2024	31.12.2023
Recursos a alocar	2.926.841	1.334.114
Recursos alocados	24.636.472	20.589.741
Taxa de administração	30.130	31.363
Outros ^(*)	25.073	221.395
Total (nota nº 13.b)	27.618.516	22.176.613

^(*) No período de 2024, destaque para a devolução ao disponível do FNO do valor principal (R\$ 195.025) e atualização (R\$ 10.253) referente ao adiantamento ao PNMPO, conforme Portaria MIDR nº 3055/2023.

A composição dos saldos das operações de crédito com recursos do FNO, risco compartilhado e das provisões estão apresentados a seguir:

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	30.09.2024		31.12.2023	
		Valor das Operações	Provisão Regulamentar	Valor das Operações	Provisão Regulamentar
AA	-	4.626.907	-	5.355.460	-
A	0,5	9.422.233	(23.556)	8.731.675	(21.829)
B	1	2.583.555	(12.918)	3.325.214	(16.626)
C	3	2.049.959	(30.749)	2.418.499	(36.277)
D	10	843.900	(42.195)	1.077.177	(53.859)
E	30	262.109	(39.316)	199.511	(29.927)
F	50	163.804	(40.946)	143.001	(35.750)
G	70	426.204	(149.171)	278.484	(97.460)
H	100	2.683.231	(1.341.592)	2.587.835	(1.293.881)
Total		23.061.902	(1.680.443)	24.116.856	(1.585.610)

21. Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O Banco, em parceria com o Banco do Brasil, opera os recursos do FMM, pertencente à área de atuação do Ministério de Portos e Aeroportos, sendo destinados a financiamentos de instalações físicas de estaleiros brasileiros e embarcações não voltadas para pesca.

	30.09.2024	31.12.2023
Recursos Repassados (nota nº 13.b) ^(*)	57.416	60.081

^(*) Estão registrados no grupo "Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" e são atualizados monetariamente com base na variação do dólar (PTAX), mais juros simples de 0,1%.

22. Fundos de investimentos financeiros

O Banco administra os Fundos de Investimentos Financeiros (FIF's), antes geridos e custodiados pelo extinto Banco Santos. Os Fundos de Cotas que compõem a carteira desses Fundos (FAC's), foram encerrados judicialmente em março/2022.

Considerando a liquidação e posterior decretação de falência do Banco Santos, o patrimônio líquido desses Fundos foi impactado pela necessidade de constituição de provisão, dada a indisponibilidade dos recursos.

Os saldos dos patrimônios líquidos desses Fundos estão assim representados:

	30.09.2024	31.12.2023
Fundo BASA de Investimento Financeiro Curto Prazo "2"	44	49
Fundo BASA de Investimento Financeiro Seletivo "2"	21	25
Fundo Amazônia Credit 90	1	1
Fundo Amazônia Mix "2"	16	19
Total	82	94

Neste período, não ocorreu transferência para o Banco relacionada à recuperação de ativos referente à massa falida do Banco Santos, correspondente aos fundos FIF's (não ocorreu em 31/12/2023).

23. Partes relacionadas

a) Remuneração da Administração

A remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração do Banco, formado pela Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, são compostos conforme segue:

	3º trim/2024	3º trim/2023	01.01 a 30.09.2024	01.01 a 30.09.2023
Honorários (nota nº 17.b)	(1.005)	(967)	(3.179)	(3.325)
Diretoria Executiva	(737)	(672)	(2.239)	(2.252)
Conselho de Administração	(72)	(71)	(241)	(180)
Conselho Fiscal	-	(47)	(85)	(137)
Comitê de Auditoria	(196)	(177)	(614)	(533)
Outros - Ajuda de Custo	-	-	-	(223)
Remuneração Variável Anual	-	-	(1.365)	(1.204)
Outros benefícios (*)	(69)	(55)	(192)	(126)
Total	(1.074)	(1.022)	(4.736)	(4.655)

(*) Ticket, cesta alimentação e auxílio moradia.

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários (Capaf).

b) Transações com Partes Relacionadas

O Banco possui uma Política de transações com Partes Relacionadas aprovada pelo conselho de administração (CONRAD) e divulgada ao mercado. A política tem como objetivo consolidar seu compromisso com uma gestão responsável e transparente proporcionando conforto e segurança a seus empregados, acionistas, investidores e ao mercado em geral, demonstrando aderência às normas dos órgãos reguladores e legislação pertinente assim como, às melhores Práticas de Governança Corporativa. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco. Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, a política de transações com Partes Relacionadas dispõe que sejam aplicadas as condições e taxas compatíveis com as práticas de mercado, além de estabelecer as orientações a serem observadas em potenciais conflitos de interesses e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras notas explicativas.

Os recursos aplicados em títulos públicos federais estão relacionados na nota explicativa nº 6 (Títulos e Valores Mobiliários – TVM).

As operações com entidades sob o controle do Governo Federal, acionista majoritário do Banco, estão descritas nas notas explicativas nºs: 12 (Obrigações por repasses), 13 (Outros passivos), 18 (Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam), 19 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA), 20 (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO) e 21 (Fundo da Marinha Mercante – FMM). As operações com a entidade que o Banco tem influência significativa na administração (Capaf) estão descritas na nota explicativa nº 25 (Benefícios a empregados).

As condições e taxas contratadas com as entidades sob o controle do Governo Federal estão divulgadas nas notas explicativas nºs 12, 13, 18, 19, 20 e 21.

Sumário dos principais saldos é apresentado a seguir:

	30.09.2024	31.12.2023
Ativos	153	196
Operações de Crédito	153	196
Pessoal-chave da Administração	153	196
Passivos	28.109.484	22.738.833
Depósitos à Vista	54	75
Pessoal-chave da Administração	54	75
Depósitos a Prazo	1	1
Pessoal-chave da Administração	1	1
Obrigações por Repasse do País (nota nº 12.a)	377.732	438.216
Tesouro Nacional	593	599
BNDES	339.250	393.605
Finame	14.058	20.159
Fungetur	23.831	23.853
Outros Passivos	27.731.697	22.300.541
FNO (notas nºs 13.b e 20)	27.618.516	22.176.613
FMM (notas nºs 13.b e 21)	57.416	60.081
FDA-aplicado (notas nºs 13.b e 19)	55.765	63.847

Os valores das principais receitas e despesas com partes relacionadas no período estão demonstrados a seguir:

	3º trim/2024	3º trim/2023	01.01 a 30.09.2024	01.01 a 30.09.2023
Receitas Taxa Administração (nota nº 17.a)	119.370	141.810	362.181	393.341
Receita <i>Del Credere</i> do FNO (nota nº 20)	481.470	396.742	1.365.721	1.155.624
Despesas com Remuneração Disponível FNO (nota nº 20)	(92.339)	(114.470)	(234.137)	(245.776)
Provisão FNO (Risco Compartilhado) (nota nº 20)	(73.370)	(66.139)	(263.204)	(252.101)
Despesas Contribuição Patronal – Capaf (nota nº 25)	(4.686)	(4.399)	(13.638)	(12.198)
Liquidados - BD e Misto	(534)	(636)	(1.662)	(1.919)
Prev-amazônia - Capaf	(4.152)	(3.763)	(11.976)	(10.279)
Atualização Ajuste Pós-Emprego-Capaf	(45.692)	(47.052)	(199.156)	(156.179)
Atualização Benefício Pós-Emprego PBD e PMB (nota nº 17.e)	(30.126)	(30.407)	(143.674)	(94.262)
Atualização Planos Saldados (nota nº 17.e)	(5.049)	(4.866)	(23.888)	(30.787)
Despesas Pós-Emprego Assistidos/Auxílio Saúde (nota nº 17.e)	(10.517)	(11.779)	(31.594)	(31.130)

24. Remuneração paga aos empregados e administradores

a) Remuneração mensal dos empregados (em reais) e outras informações

Remuneração (*)	30.09.2024	31.12.2023
Maior	36.374,06	34.761,14
Menor	3.471,44	3.317,51
Média	11.314,98	10.471,86
Valor médio dos benefícios	3.608,99	3.276,30

(*) Inclui despesas vinculadas à remuneração conforme Resolução CGPAR/ME nº 30/2022.

Outras informações	30.09.2024	31.12.2023
Quantidade de empregados	2.894	2.835
Participação de Lucro no Resultado – PLR (em mil)	-	89.498

A Participação nos Lucros e Resultados (PLR) observa as orientações e diretrizes determinadas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), conforme disposto na Lei nº 10.101/2000 e no Decreto nº 11.437/2023. A PLR possui natureza não salarial, conforme o previsto no Art. 7º da Constituição Federal de 1988, sendo objeto de negociação por meio de acordo coletivo de trabalho. As metas e as apurações dos indicadores da PLR são aprovadas pelo Conselho de Administração (CA). A distribuição aos trabalhadores é feita com base no cumprimento dos indicadores, limitando-se a 9,25% do lucro líquido anual. A provisão dos valores relativos a PLR é realizada anualmente, após o encerramento do exercício contábil. O pagamento da PLR ocorre após a aprovação na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

b) Remuneração dos Administradores (em reais) e outras informações

Remuneração Diretoria Executiva	30.09.2024	31.12.2023
Maior	42.255,55	40.389,56
Menor	37.175,58	35.533,91
Média	37.512,73	34.963,80

Outras informações	30.09.2024	31.12.2023
Remuneração Variável Anual – RVA (em mil)	-	764

Remuneração média dos Conselhos	30.09.2024	31.12.2023
Conselho de Administração	4.149,98	3.809,96
Conselho Fiscal	3.906,12	3.803,95

25. Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego ofertados e patrocinados pelo Banco aos seus empregados correspondem à complementação de aposentadoria, por meio de planos de previdência complementar e Auxílio Saúde, conforme abaixo:

Planos	Modalidades	Administração
a) Liquidados	Benefício Definido – BD (Elegível - Não elegível) Misto (Benefício Definido – BD e Contribuição Definida – CD)	Capaf
b) Assistidos pelo Banco	Benefício Definido – BD	Capaf
c) Auxílio Saúde	Plano de Saúde	Banco da Amazônia
d) Planos Saldados	Benefício Definido – BD Misto (Benefício Definido – BD e Contribuição Definida – CD)	BB Previdência
e) Prev. Amazônia	Contribuição Variável (CV)	BB Previdência

Nº de participantes dos planos de benefícios:

Nº de participantes	30.09.2024				31.12.2023			
	BD Elegível	BD Não Elegível	Misto	Assistidos	BD Elegível	BD Não Elegível	Misto	Assistidos
Ativos	1	68	16	-	1	80	22	-
Aposentados	349	132	50	16	360	129	50	17
Pensionistas	242	33	58	120	238	33	57	125

O cálculo da obrigação do Banco nos planos de benefício definido é atualizado trimestralmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Os Valores reconhecidos como obrigações são: (nota nº 14)

	30.09.2024	31.12.2023
Passivos atuariais	1.033.763	1.146.731
Liquidados	696.264	736.324
Assistidos pelo Banco	45.769	57.605
Auxílio Saúde	291.730	352.802
Planos Saldados	318.744	407.687
Plano BD	297.541	364.758
Plano Misto	21.203	42.929

O Banco, como patrocinador, apresenta as seguintes despesas, reconhecidas no resultado do período, relativas à quota patronal:

Planos	3º trim/2024	3º trim/2023	01.01 a 30.09.2024	01.01 a 30.09.2023
Liquidados - BD e Misto	(534)	(636)	(1.662)	(1.919)
Prev. Amazônia	(4.152)	(3.763)	(11.976)	(10.279)
Total (nota nº 23.b)	(4.686)	(4.399)	(13.638)	(12.198)

a) Planos liquidados, assistidos pelo banco e auxílio saúde:

❖ Planos Liquidados:

- **BD Liquidado (elegíveis e não elegíveis):** Para esse plano de benefícios é observada a paridade contributiva de que trata a Lei Complementar nº 108/2001. As responsabilidades por déficits ou superávits atuariais, em decorrência do dimensionamento da obrigação pós-emprego nos moldes da Resolução CVM nº 110/2022, devem observar a legislação de previdência complementar, em especial a Resolução MPS/CGPC nº 26/2008. Nos Planos BD Liquidados estão contemplados os participantes elegíveis (tinham completado tempo para fazerem jus a todos os direitos ofertados pelo plano até a publicação da Lei Complementar nº 109/2001) e não elegíveis (ainda não haviam completado o tempo exigido por ocasião da referida Lei complementar). Plano ativo e em extinção (sem novas adesões).
- **Misto Liquidado:** Está estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) na fase de percepção do benefício concedido. Para esse plano de benefícios é observada a paridade contributiva de que trata a Lei Complementar nº 108/2001. As responsabilidades por déficits ou superávits atuariais, em decorrência do dimensionamento da obrigação pós-emprego nos moldes da Resolução CVM nº 110/2022, devem observar a legislação de previdência complementar, em especial a Resolução ME/CGPC nº 26/2008. Plano ativo e em extinção (sem novas adesões).

Os planos liquidados abrigam 48% do público-alvo, apresentam *déficit* atuarial constante, em desacordo com a legislação, o que levou a Previc a decretar a liquidação destes a qual foi suspensa por decisão judicial. A Capaf, administradora desses planos, encontra-se sob intervenção da Previc desde 2011. A Portaria nº 737 de 26 de agosto de 2024, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), concedeu a prorrogação por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 28 de agosto de 2024, do prazo de intervenção que trata a Portaria nº 777 de 5 de setembro de 2023.

- ❖ **Assistidos pelo Banco:** Trata-se de um plano composto por aposentados de responsabilidade do Banco e está estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD). Criado antes mesmo da vigência da Lei Complementar nº 109/2001, nesse plano os benefícios têm valor ou nível previamente estabelecidos, estando fechado a adesões.
- ❖ **Auxílio Saúde:** Trata-se de repasse mensal de verba aos beneficiários do programa, mediante crédito em folha de pagamento, a título de reembolso dos valores pagos ao Plano de Saúde, observados os limites estabelecidos e a disponibilidade orçamentária em cada ano. O Programa abrange seus empregados ativos, dirigentes e conselheiros, bem como dos pensionistas e aposentados dos seus quadros funcionais.

a.1) Premissas atuariais adotadas

As premissas foram definidas, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

Premissas Financeiras (a.a %)	30.09.2024				31.12.2023			
	BD Elegível/Não Elegível	Misto	Assistidos pelo Banco	Auxílio Saúde	BD Elegível/Não Elegível	Misto	Assistidos pelo Banco	Auxílio Saúde
Taxa de juros desconto atuarial-nominal	11,2	11,2	11,3	11,1	8,9	9,0	8,9	9,2
Taxa de juros desconto atuarial-real	6,5	6,5	6,6	6,5	5,2	5,3	5,2	5,5
Projeção de aumentos salariais	4,4	4,4	N/A	4,4	3,5	3,5	N/A	3,5
Projeção de aumentos dos benefícios	4,4	4,4	4,4	2,2	3,5	3,5	3,5	-
Proj. aumentos limite e ben. do RGPS	4,4	-	-	-	3,5	3,5	-	-
Taxa de inflação	4,4	4,4	4,4	4,4	3,5	3,5	3,5	3,5
Expectativa de retorno ativos do plano	11,2	11,2	N/A	N/A	8,9	9,0	N/A	N/A
Projeção de aumento real custos saúde	-	-	-	-	-	-	-	2,2

Premissas Demográficas	BD Elegível	BD Não Elegível	Misto	Assistidos pelo Banco	Auxílio Saúde	BD Elegível	BD Não Elegível	Misto	Assistidos pelo Banco	Auxílio Saúde
	Taxa de rotatividade	-	1,1%	-	N/A	0,6	-	1,1%	-	-
Tábua mortalidade/sobrevivência-ativos	AT-2000 Fem (*)				AT-2000 Fem (*)					
Tábua mortalidade/sobreviv.-aposentados	AT-2000 Fem (*)				AT-2000 Fem (*)					
Tábua mortalidade/sobrev.-inválidos	Winklevoss				Winklevoss					
Tábua de entrada em invalidez	A. Vindas (**)			N/A	A. Vindas (**)	A. Vindas (**)			N/A	A. Vindas (**)
Tábua de morbidez	N/A				N/A					

(*) Suavizada em 20%.

(**) Suavizada em 30%.

a.2) Valores reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes

	BD (Elegível e Não Elegível)		Plano Misto	
	3º trim/2024	3º trim/2023	3º trim/2024	3º trim/2023
Custo do serviço				
Custo de serviço	-	-	(1)	(1)
Custo de juros líquidos	(15.834)	(16.345)	(1.026)	(779)
Provisão planos benefícios/outras ben. pós-emprego	(15.834)	(16.345)	(1.027)	(780)
Remensurações do plano de benefício definido				
Ganhos e perdas sobre contribuições dos participantes	(227)	(247)	3	-
Ganhos e perdas sobre o ativo	13.576	13.099	1.078	1.173
Ganhos e perdas sobre o passivo	36.980	29.555	1.076	43
Total componentes registrados out. resultados abrangentes	46.723	42.407	1.469	1.216
Total dos componentes de benefício definido	30.889	26.062	442	436

	Assistidos pelo Banco		Auxílio Saúde	
	3º trim/2024	3º trim/2023	3º trim/2024	3º trim/2023
Custo do serviço				
Custo de serviço	-	-	(1.111)	(1.197)
Custo de juros líquidos	(1.282)	(1.470)	(9.091)	(7.738)
Provisão planos benefícios/outros ben. pós-emprego	(1.282)	(1.470)	(10.201)	(8.934)
Remensurações do plano de benefício definido	-	-	-	-
Ganhos e perdas sobre o passivo	6.064	4.519	13.646	25.478
Total componentes registrados out. resultados abrangentes	6.147	4.519	13.082	25.478
Total dos componentes de benefício definido	4.865	3.049	2.881	16.544

a.3) Movimentação do (passivo)/ativo reconhecido

	BD (Elegível e Não Elegível)		Plano Misto	
	3º trim/2024	3º trim/2023	3º trim/2024	3º trim/2023
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	(690.346)	(680.854)	(38.159)	(37.685)
Contribuições do patrocinador, líquidas de carregamento	443	495	6	7
Provisão para planos de benefício definido	(15.523)	(16.345)	(877)	(780)
Provisão adicional reserva matemática	-	(51.310)	-	-
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	46.723	42.407	1.469	1.216
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	(658.703)	(705.607)	(37.561)	(37.242)

	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	3º trim/2024	3º trim/2023	3º trim/2024	3º trim/2023
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	(51.761)	(57.919)	(299.045)	(340.478)
Contribuições do patrocinador, líquidas de carregamento	1.127	1.058	3.426	1.775
Provisão para planos de benefício definido	(1.282)	(1.469)	(9.193)	(8.934)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	6.147	4.519	13.082	25.478
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	(45.769)	(53.811)	(291.730)	(322.159)

a.4) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

	BD (Elegível e Não Elegível)		Plano Misto	
	3º trim/2024	3º trim/2023	3º trim/2024	3º trim/2023
Valor presente da obrigação atuarial líquida início período	(735.844)	(806.861)	(81.216)	(83.396)
Benefícios pagos pelo plano	15.020	14.472	2.306	3.050
Custo de juros	(19.773)	(19.163)	(2.182)	(1.802)
Custo de serviço corrente	-	-	(2)	(2)
Remensurações de perdas atuariais	36.980	34.046	1.076	86
Decorrentes de ajuste na experiência	4.711	10.488	1.018	(2.450)
Decorrentes de ajustes nas premissas demográficas	285	-	-	-
Decorrentes de alterações nas premissas financeiras	31.984	23.558	58	2.536
Valor presente da obrigação atuarial líquida final período	(703.617)	(777.506)	(80.018)	(82.064)

	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	3º trim/2024	3º trim/2023	3º trim/2024	3º trim/2023
Valor presente da obrigação atuarial líquida início período	(51.761)	(57.919)	(299.045)	(340.478)
Benefícios pagos pelo plano	1.331	1.058	3.265	1.775
Custo de juros	(1.403)	(1.469)	(7.980)	(7.738)
Custo de serviço corrente	-	-	(1.616)	(1.196)
Remensurações de perdas atuariais	6.064	4.519	13.646	25.478
Decorrentes de ajuste na experiência	5.817	3.831	14.895	8.436
Decorrentes de alterações nas premissas financeiras	247	689	(1.249)	17.042
Valor presente da obrigação atuarial líquida final período	(45.769)	(53.811)	(291.730)	(322.159)

a.5) Análise de sensibilidade das principais hipóteses

	Plano BD				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do Demonstrativo
	AT-2000 Fem Suavizada em 20%				
	-5%	+5%	-0,25%	+0,25%	
Valor presente obrig. atuarial-Elegíveis	(481.690)	(467.168)	(483.199)	(465.630)	(474.917)
Superávit/(déficit) do plano	(481.690)	(467.168)	(483.199)	(465.630)	(474.917)
Variação na obrigação atuarial	1,43%	(1,63%)	1,74%	(1,96%)	-
Variação no superávit/(déficit)	1,43%	(1,63%)	1,74%	(1,96%)	-
Valor presente obrig. atuarial-Não	(230.203)	(227.244)	(234.672)	(228.081)	(228.700)
Superávit/(déficit) do plano	(230.203)	(227.244)	(234.672)	(228.081)	(228.700)
Variação na obrigação atuarial	0,66%	(0,64%)	2,61%	(0,27%)	-
Variação no superávit/(déficit)	0,66%	(0,64%)	2,61%	(0,27%)	-

	Plano Misto				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do Demonstrativo
	AT-2000 Fem Suavizada em 20%				
	-5%	+5%	-0,25%	+0,25%	
Valor presente obrigação atuarial	(80.875)	(79.192)	(81.842)	(78.266)	(80.018)
Valor justo dos ativos do plano	4.897	4.897	4.897	4.897	4.897
Superávit/(déficit) do plano	(75.978)	(74.295)	(76.945)	(73.368)	(75.121)
Variação na obrigação atuarial	1,07%	(1,03%)	2,28%	(2,19%)	-
Variação no superávit/(déficit)	2,24%	(3,53%)	4,76%	(2,33%)	-

	Assistidos pelo Banco				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do Demonstrativo
	AT-2000 Fem Suavizada em 20%				
	-5%	+5%	-0,25%	+0,25%	
Valor presente obrigação atuarial	(46.604)	(44.969)	(46.577)	(44.985)	(45.769)
Superávit/(déficit) do plano	(46.604)	(44.969)	(46.577)	(44.985)	(45.769)
Variação na obrigação atuarial	1,82%	(1,75%)	1,77%	(1,71%)	-
Variação no superávit/(déficit)	1,82%	(1,75%)	1,77%	(1,71%)	-

	Auxílio-Saúde				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do Demonstrativo
	AT-2000 Fem Suavizada em 20%				
	-5%	+5%	-0,25%	+0,25%	
Valor presente obrigação atuarial	(294.932)	(288.660)	(298.441)	(285.289)	(291.730)
Superávit/(déficit) do plano	(294.932)	(288.660)	(298.441)	(285.289)	(291.730)
Variação na obrigação atuarial	1,72%	(1,61%)	3,08%	(2,21%)	-
Variação no superávit/(déficit)	1,72%	(1,61%)	3,08%	(2,21%)	-

a.6) Receitas e pagamentos esperados para o período seguinte

	Plano BD (Elegível e Não Elegível)	Plano Misto	Assistidos pelo Banco	Auxílio Saúde
Custo do serviço corrente líquido	-	(4)	-	(6.465)
Custo de juros líquidos	(40.346)	(4.477)	(5.168)	(32.408)
Total da despesa a reconhecer	(40.346)	(4.481)	(5.168)	(38.872)
Montantes esperados período seguinte-Normais	1.810	(29)	(5.906)	(12.623)
Total dos pagamentos esperados para o plano	1.810	(29)	(5.906)	(12.623)

a.7) Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos

	Plano BD Elegível/Não elegível		Plano Misto	
	3º trim/2024	3º trim/2023	3º trim/2024	3º trim/2023
Valor justo dos ativos no início do período	-	-	4.897	8.026
Receita de juros	-	-	132	244
Contribuições do patrocinador	442	496	6	7
Contribuições dos participantes	-	-	12	7
Benefícios pagos pelo plano	(15.020)	(14.472)	(2.306)	(3.050)
Ganhos/(perdas) sobre os ativos do plano	14.578	13.976	2.156	2.346
Valor justo dos ativos no final do período	-	-	4.897	7.580

a.8) Descrição da base utilizada para determinar a taxa de desconto atuarial

Taxa de desconto equivalente à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da duração de cada plano.

A movimentação da provisão relativa aos planos BD e Misto liquidados está abaixo apresentada:

	Valor da Obrigação em 31.12.2023	Atualizações Resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 30.09.2024
Plano BD	697.440	141.063	(153.384)	(26.416)	658.703
Plano Misto	38.884	2.611	(3.934)	-	37.561
Total BD e Misto	736.324	143.674	(157.318)	(26.416)	696.264

	Valor da Obrigação em 31.12.2022	Atualizações resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 30.09.2023
Plano BD	749.839	74.037	(73.884)	(44.385)	705.607
Plano Misto	32.449	2.318	2.475	-	37.242
Total BD e Misto	782.288	76.355	(71.409)	(44.385)	742.849

Ações coletivas:

Tratam-se de demandas judiciais impetradas contra o Banco. A área jurídica da Instituição vem buscando rescindir decisões através de recursos nas diversas instâncias. As duas principais ações em cursos são:

Ação TRT da 16ª Região (MA) - Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000

Ação Rescisória ingressada pela Advocacia Geral da União em abril de 2014, perante o TRT da 16ª Região (MA), visando rescindir a decisão transitada em julgada proferida pela 1ª Vara do Trabalho do Maranhão nos autos da ação coletiva nº. 1164-2001-001-16-00-2, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da CAPAF. Após longa tramitação processual, inúmeras tentativas de acordo, anúncios seguidos de retirada de pauta de julgamento, o processo veio a ser julgado, tendo a composição Plena do TRT da 16ª Região, em dezembro, por maioria de 5 votos a 1, julgado parcialmente procedente a ação movida pela União e BASA, para rescindir a decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara. Interpostos embargos de declaração pelo Sindicato e pelo Banco, foram julgados improcedentes, sendo então, apresentado recurso ordinário pelo SEEB-MA, que agora aguarda juízo de admissibilidade. Por ora, não há qualquer repercussão na provisão já estimada.

Ação Civil Pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008

A ação civil pública proposta pela AABA em que o Banco fora condenado a repassar mensalmente à CAPAF, os recursos financeiros necessários para complementar a folha de pagamento dos beneficiários assistidos do Plano de Benefício Definido (BD), em que pese o trânsito em julgado, ocorrido em 6 de fevereiro de 2017, a área jurídica do Banco analisou a decisão e identificou a possibilidade de manejo de ação rescisória visando a rescisão do julgado, notadamente em face às alterações trazidas pela EC 20/1998, bem como às Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 2001, e aos correlatos precedentes judiciais do STF. Respalçado por esses argumentos o Banco iniciou tratativas com a Advocacia Geral da União (AGU), objetivando o ajuizamento da ação, o que foi realizado pela AGU no Tribunal Superior do Trabalho, em 2 de março de 2018, processo nº 1000104-23.2018.5.00.0000.

Ajuizada ação, depois de mudança de Relator no TST, a Ministra Relatora entendeu que a competência para processar a ação era do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, tendo o processo sido remetido ao Regional. Distribuído ao Relator, este, em análise preliminar, concedeu tutela requerida pela União, no entanto, tão logo publicada a decisão, esta foi reconsiderada de ofício. A União interpôs recurso, no entanto, improvido. O Banco foi intimado em fevereiro de 2019, tendo se habilitado nos autos na condição de assistente. Em dezembro de 2019 foi anunciado seu julgamento, porém, a pedido do Banco, a Seção Especializada do TRT-8ª Região, retirou o processo de pauta. O processo entrou em pauta de julgamento no mês de julho de 2020, tendo havido pedido de vistas regimentais feitos por uma das desembargadoras presentes na sessão. Processo julgado em agosto de 2020. Ação julgada improcedente, tendo o Banco oposto Embargos de Declaração. Embargos julgados improcedentes. Recurso interposto para o TST, que anulou o julgamento do TRT8, em razão da não intimação pessoal da AGU, determinando que seja realizado novo julgamento. Julgamento ocorrido, mantida a decisão, opostos ED, negado provimento. Interposto novo recurso de embargos de declaração. ED julgado e recursos interpostos para o TST, que monocraticamente decidiu pela manutenção da decisão de improcedência da rescisória. Foram então, opostos embargos de declaração contra essa decisão, que agora aguardam julgamento.

A distribuição da provisão do Plano BD liquidado está apresentada da seguinte forma:

	30.09.2024	31.12.2023
Provisão plano BD liquidado		
Participantes abrangidos pela ação rescisória	535.160	647.345
50% das reservas matemáticas dos participantes ainda na ativa	54.107	50.095
Adicional de provisão de reservas matemáticas	69.436	-
Total (notas nºs 14 e 25)	658.703	697.440

A composição da provisão referente à ação rescisória é a seguinte:

	30.09.2024	31.12.2023
Composição provisão ação rescisória		
100% das reservas matemáticas dos participantes elegíveis	474.917	567.506
50% dos que ainda não elegíveis	60.243	79.839
Total	535.160	647.345

A provisão dos planos BD/Misto liquidados está constituída da seguinte forma:

	30.09.2024	31.12.2023
Provisão planos liquidados BD e Misto		
BD liquidado	658.703	697.440
Misto liquidado	37.561	38.884
Total (notas nºs 14 e 25)	696.264	736.324

	30.09.2024	31.12.2023
Desembolso em cumprimento à ação transitada em julgado ^(*)	26.416	61.545

(*) Corresponde a valores pagos pelo Banco para complemento da folha de benefícios do Plano BD face determinação judicial.

Com base nas análises conduzidas, atuais circunstâncias administrativas e judiciais, condensadas acima, é entendimento que a provisão existente em 30 de setembro de 2024, é suficiente para fazer frente aos possíveis desembolsos oriundos dos planos administrados pela Capaf (BD e Misto).

b) Planos saldados

- ❖ **BD Saldado:** Está estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD). O plano foi saldado com vigência a partir de 01/01/2014 e está em observância à paridade contributiva de que trata a Lei Complementar nº 108/2001. As responsabilidades por déficits ou superávits atuariais, em decorrência do dimensionamento da obrigação pós-emprego nos moldes da Resolução CVM nº 110/2022, devem observar a legislação de previdência complementar, em especial a Resolução MPS/CGPC nº 26/2008. Plano ativo e em funcionamento (sem novas adesões).
- ❖ **Misto Saldado:** Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) na fase de percepção do benefício concedido. Referido plano foi saldado com vigência a partir de 01/01/2013 e para este plano de benefícios é observada a paridade contributiva de que trata a Lei Complementar nº 108/2001. As responsabilidades por déficits ou superávits atuariais, em decorrência do dimensionamento da obrigação pós-emprego nos moldes da Resolução CVM nº 110/2022, devem observar a legislação de previdência complementar, em especial a Resolução MPS/CGPC nº 26/2008. Plano ativo e em funcionamento (sem novas adesões).

Os contratos assinados entre o Banco e a BB Previdência, referentes aos planos saldados, estabelecem que a obrigação deve ser atualizada mensalmente, com base na variação do INPC-IBGE e taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios fixada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar ou outra autoridade competente.

Anualmente, conforme cláusula contratual, é realizada revisão dos contratos de compromisso financeiros firmados junto à BB Previdência, de acordo com as premissas atuariais para preservar o equilíbrio econômico e financeiro dos Planos Saldados (Plano de Benefício Saldado e Plano Misto Saldado), e caso necessário poderá exigir ajuste por parte do Banco.

No período de 2024, quando da revisão atuarial não houve necessidade de ajustes no valor registrado do contrato.

A movimentação da provisão relativa aos planos BD e Misto Saldados está abaixo apresentada:

	Valor da Obrigação em 31.12.2023	Atualizações Resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 30.09.2024
Planos Saldados	407.687	23.888	-	(112.831)	318.744

	Valor da Obrigação em 31.12.2022	Atualizações resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 30.09.2023
Planos Saldados	511.699	30.787	-	(104.619)	437.867

- c) Plano Prev Amazônia:** Trata-se de um Plano de Contribuição Variável (CV) que assegura aos seus participantes, por acumulação de contribuições recolhidas e devidamente capitalizadas, um montante em dinheiro que, no momento da entrada da aposentadoria, se transformará em benefício. O Prev Amazônia é o plano oferecido aos empregados da ativa, admitidos a partir de 1997 que não possuíam qualquer plano de previdência complementar patrocinado pelo Banco e aos que fizeram opção pelos "Planos Saldados". Plano ativo e em funcionamento (aberto a novas adesões)

26. Gerenciamento de riscos e capital

A estrutura de gerenciamento de riscos e capital do Banco atende ao previsto na Resolução CMN nº 4.557/2017 e se aplica a toda a Instituição, incluindo esferas colegiadas e estratégicas de decisão e ao Diretor de Riscos, *Chief Risk Officer* – CRO, dispondo de:

- Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital que é aplicada em todos os processos corporativos, tendo como objetivo fornecer princípios e diretrizes para a gestão contínua e integrada dos riscos e capital de forma alinhada aos normativos vigentes, ao planejamento estratégico, e ao apetite a risco definido. Que tem como escopo as diretrizes para gestão dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta:

Risco de liquidez; Risco de crédito; Risco de mercado; Interest Rate Risk in the Banking Book (IRRBB); Risco social, ambiental e climático (RSAC); Risco cibernético; Risco operacional; Risco legal; Risco de integridade.

- Declaração de Apetite por Riscos (*Risk Appetite Statement* – RAS);
- Comitês em níveis táticos e estratégicos, valorizando as decisões colegiadas no âmbito da gestão de riscos e de capital;
- Programa de Testes de Estresse - Análise de Sensibilidade; e,

- A governança no gerenciamento de riscos adota também a abordagem das três linhas. Onde:
 - ❖ A primeira linha, representada pelas áreas de negócio e áreas de suporte, responsáveis por identificar, avaliar, reportar e gerenciar os riscos decorrentes de suas atividades, pela execução dos controles e mitigadores de riscos, e pela definição e implementação de planos de ação para garantir a efetividade do ambiente de controle.
 - ❖ Como parte da segunda linha, a área responsável pelo gerenciamento de riscos (GERIS), fornece expertise complementar, apoio, monitoramento e questionamento quanto ao gerenciamento de riscos, incluindo: Desenvolvimento, implantação e melhoria contínua das práticas de gerenciamento de riscos nos níveis de processo, sistemas e entidade; O atingimento dos objetivos de gerenciamento de riscos, como: conformidade com leis, regulamentos e comportamento ético aceitável; controle interno; segurança da informação e tecnologia; sustentabilidade; gerenciamento de capital.
 - ❖ A terceira linha é representada pela Auditoria Interna.

a) Risco de liquidez

O monitoramento da exposição ao risco de liquidez visa detectar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos que podem afetar a capacidade de geração de caixa e o equilíbrio financeiro do Banco. O monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez é realizado permanentemente e as informações geradas são reportadas às alçadas competentes para a tomada de decisão.

O Banco utiliza-se ainda, para acompanhamento e controle do risco de liquidez:

- ❖ Índice de Liquidez de Curto Prazo: Considera a razão entre o valor do estoque de ativos de altíssima liquidez e um fluxo líquido de saída de recursos esperado nos 30 dias subsequentes. O total do fluxo líquido de saídas de caixa compreende ao total de saídas de caixa subtraído do menor valor entre o total de entradas de caixa e 75% do total de saídas de caixa,
- ❖ Índice de Liquidez de Curto Prazo Estressado: Considera a razão entre o valor do estoque de ativos de altíssima liquidez e um fluxo líquido de saída de recursos esperado num cenário de estresse nos 30 dias subsequentes. O total do fluxo líquido de saídas de caixa compreende ao total de saídas de caixa subtraído do menor valor entre o total de entradas de caixa e 75% do total de saídas de caixa.
- ❖ Índice de Liquidez de Longo Prazo Estressado: O cálculo é uma razão entre recursos estáveis disponíveis – parcela do capital e dos passivos com a qual a instituição pode contar no horizonte de um ano – e recursos estáveis necessários – parte dos ativos, incluindo-se ativos fora de balanço, que devem ser financiados por recursos estáveis por possuírem prazos longos e/ou baixa liquidez.
- ❖ Fluxo de Caixa: Representa graficamente os resultados líquidos diários acumulados de caixa, projetados para os 252 dias úteis subsequentes à data-base sob premissas e parâmetros conservadores previamente definidos.

O índice de liquidez de curto prazo, calculado em 30 de setembro de 2024, alcançou 4,79 (4,81 em 31/12/2023). Esse valor significa que, considerando um cenário econômico estável, a instituição possui ativos de alta liquidez suficientes para honrar 479% de suas obrigações líquidas de curto prazo nos próximos 30 dias. Um índice acima de 1 indica que a instituição possui um colchão de segurança para lidar com saídas inesperadas de recursos, garantindo sua capacidade de pagamento e demonstrando uma gestão de liquidez eficiente.

		30.09.2024	31.12.2023
Índice de Liquidez de Curto Prazo	Na data base	479%	481%
	Média dos últimos 6 meses	476%	485%
	Máximo dos últimos 6 meses	496%	500%
	Mínimo dos últimos 6 meses	446%	468%

O portfólio de TVM registrou volume de recursos marcados a mercado no total de R\$ 20.665.382 (R\$ 17.607.386, em 31/12/2023), representando crescimento de 17,36%. Na composição do portfólio, a grande maioria dos ativos está alocada em títulos públicos e operações compromissadas, correspondendo a 89,14% da carteira de tesouraria, em um montante de R\$ 18.420.188 (R\$ 15.113.938, representando 85,84% da mesma carteira em 31/12/2023). Ademais, vale destacar que o volume de estoque em Tesouro Selic, Instrumento Financeiro de altíssima liquidez no mercado secundário, corresponde 77,42% do total do portfólio TVM (75,26% em 31/12/2023).

b) Risco de crédito

A gestão do risco de crédito no Banco está balizada em Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital e na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração e tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

Objetivando aplicar os recursos próprios e os recursos administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orçamentária ou não, a gestão de risco de crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades positivas de retorno dos créditos concedidos, assegurando ou atuando de forma coadjuvante para que haja: melhoria da qualidade de crédito da instituição; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores

spreads e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco, e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional da instituição; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade no processo de análise e decisão creditícia.

No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de rating para o tomador e respectivas operações creditícias.

A classificação dos créditos do Banco distribui-se em diferentes níveis de risco (rating), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os ratings AA e C, inclusive, entre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

O Banco é responsável pela classificação do cliente e da operação no nível de risco correspondente, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, além dos critérios já implementados no modelo interno de avaliação, fatores como situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, gestão de garantias etc.

Desse modo, incorporando melhorias ao seu processo de gestão e as melhores práticas do mercado bancário, a instituição vem realizando o aprimoramento dos modelos utilizados na avaliação de risco de crédito de seus clientes, o que abrange análise das matrizes de migração de risco registradas no Banco, teste de relevância das variáveis e *backtesting* dos modelos, em conformidade com a política institucional de gestão do risco de crédito à vista das diretrizes de Basileia II, Resolução CMN n.º 4.557/2017 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital e da Resolução CMN n.º 4.677/2018 que estabelece limites máximos de exposição por cliente e limite máximo de exposições concentradas.

c) Risco de mercado

O Banco possui um sistema de monitoramento contínuo das suas exposições ao risco de mercado, com foco principal nas operações sensíveis às flutuações das taxas de juros e dos índices de preços. Na gestão desses riscos, são empregadas metodologias e instrumentos financeiros amplamente utilizados e validados pelo mercado:

- ❖ Value at Risk (VaR) de operações ativas e passivas das carteiras de negociação;
- ❖ Variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (ΔEVE) da carteira bancária;
- ❖ Variação do resultado da intermediação financeira (ΔNII) da carteira bancária;
- ❖ Análise de sensibilidade;
- ❖ Testes de estresse;
- ❖ Testes de aderência (*backtesting*); e
- ❖ Relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado. Os relatórios gerenciais são diários, semanais, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle.

No processo de gestão de risco de mercado são estabelecidos os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (*trading*), conforme Resolução BCB n.º 111/2021.

A mensuração do risco de mercado é realizada através do modelo *de value at risk* (VaR), é calculada para 1 dia, para as diversas carteiras do Banco. O sistema importa e consolida as informações de bases externas (Bacen, B³ – Brasil Bolsa Balcão e Anbima) e internas (sistemas legados), para auferir o valor do VaR. A validação do modelo é respaldada pela metodologia das médias móveis exponenciais ponderadas (EWMA).

Em 30 de setembro de 2024, o VaR calculado para a carteira Banco¹ e para a carteira Tesouraria² foi de R\$ 9.008 e R\$ 4.264 respectivamente (R\$ 5.545 e R\$ 2.935 em 31/12/2023), estando dentro dos limites de referência de 15,43% e 10,12% respectivamente (11,50% e 8,43% em 31/12/2023). Os valores calculados para o VaR das posições Banco e Tesouraria estão em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, em *status* Normal, com posições inferiores aos limites de VaR estabelecidos.

Análise de sensibilidade

O Banco mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao risco de mercado, sendo realizada rotineiramente a análise de sensibilidade, avaliando as posições da instituição em condições extremas no cenário econômico.

Para risco de mercado, são utilizados três cenários nos quais se verifica o comportamento do VaR no cenário normal de mercado, e nos cenários de estresse de 25% e 50% dos indicadores utilizados para projeção de MtM.

No cálculo do estresse são utilizadas como parâmetros de referência as curvas de mercado: cupom – BMF/IGPM, cupom –

¹Portfólio que contempla todos os títulos de valores mobiliários da tesouraria, captações e operações de crédito.

²Portfólio que contempla apenas os títulos de valores mobiliários da tesouraria.

BMF/IPCA, cupom IGPM/NTN-Anbima, cupom IPCA/NTN-Anbima, Cupom sujo USD, cupom TR, PRÉ, USD brl.

Os níveis de estresse de 25% e 50% atribuídos para o modelo estão descritos a seguir:

Cenário 1 (Normal): A base desse cenário são as condições normais da atividade econômica. Utilizou-se a cotação Reais/Dólar a R\$ 5,4481 em 30 de setembro de 2024 (R\$ 4,8413 em 31/12/2023) e a taxa DI de 1 ano no nível de 10,65 % a.a. (11,65% a.a. em 31/12/2023).

Cenário 2 (Estresse de 25%): Foi aplicado estresse de 25% a maior sobre os fatores de risco do cenário normal. Os resultados projetados foram a cotação Reais/Dólar a R\$ 6,8101 em 30 de setembro de 2024 (R\$ 6,0516 em 31/12/2023), e a taxa DI de 1 ano no nível de 13,3125% a.a. (14,5625% a.a. em 31/12/2023), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3 (Estresse de 50%): Foi utilizado estresse de 50% sobre os dados do cenário normal, resultando, para a cotação Reais/Dólar, o valor de R\$ 8,1722 em 30 de setembro de 2024 (R\$ 7,2620 em 31/12/2023) e para a taxa DI de 1 ano, o nível de 15,9750% a.a. (17,475% a.a. em 31/12/2023), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

O quadro a seguir sintetiza a análise dos cenários de MtM dos títulos e valores mobiliários da Carteira Tesouraria, conforme Resolução Bacen nº 02/2020:

Fatores de Risco	Definição	30.09.2024			31.12.2023		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
Prefixado	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas	(663)	-	-	(336)	(4.936)	(8.674)
Índice de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços	(9.100)	(280.367)	(367.142)	(7.686)	(266.63)	(346.417)
Taxa de juros	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros	(20)	6.083	(912)	(79)	15.802	30.193
Total		(9.783)	(274.284)	(368.054)	(8.101)	(255.765)	(324.898)

Os resultados apresentados refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. Os cenários 1, 2 e 3, demonstram os instrumentos financeiros alocados por fatores de riscos que apresentam maior risco (papéis indexados aos índices de preços, IGPM e IPCA). No pior cenário tem-se uma perda no MtM da Tesouraria na ordem de (R\$ 368.054) correspondentes ao cenário 3.

As implicações apresentadas no portfólio TVM da Tesouraria, com o montante de R\$ 18.755.427, mostram valores significativos, após os choques paralelos de 25% e 50% sobre o cenário de referência (mercado), das posições em risco do TVM, cujos percentuais giram em torno de 3,48 % do saldo total de aplicações da carteira de tesouraria do Banco, sendo o maior fator de risco, as posições em cupons de índice de preços.

d) Interest Rate Risk in the Banking Book (IRRBB)

A Circular Bacen nº 3.876/2018, define o IRRBB como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento do risco de taxa de juros no Banco se concentra nas operações da carteira bancária, que inclui instrumentos financeiros sem intenção de negociação após a aquisição ou origem, como:

- ❖ Captações: Depósito de poupança, depósito a prazo, depósito à vista e depósitos judiciais;
- ❖ Crédito: Fomento e comercial; e
- ❖ Ativos na carteira da tesouraria: Classificados em "disponível para venda" e "mantidos até o vencimento".

O Banco da Amazônia mantém um perfil de exposição a risco de mercado conservador, com diretrizes e limites monitorados de forma independente, buscando alinhamento com as melhores práticas de mercado, regulamentações locais e do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia.

A Circular Bacen nº 3.938/2019 introduziu novas metodologias e procedimentos para avaliação da suficiência do Patrimônio de Referência (PR) para cobertura do risco de variação de taxas de juros na carteira bancária, para instituições enquadradas na segmentação 3 (S3), conforme o art. 2º da Resolução CMN nº 4.553/2017.

Para fins de apuração do Risco da Taxa de Juros da Carteira Bancária e observância à Circular Bacen nº 3.938/2019, são consideradas as seguintes abordagens padronizadas:

- ❖ De Resultado de Intermediação Financeira (Δ NII): avalia o impacto das variações de taxas de juros no resultado da instituição; e
- ❖ De Valor Econômico (Δ EVE): avalia o impacto das variações de taxas de juros no valor dos ativos e passivos da Instituição.

A partir de junho de 2022, o Banco adotou a metodologia padronizada, que considera a ponderação de 20% Δ EVE e 80% Δ NII, para o cálculo do nível do IRRBB, contemplando cenários de curto/médio prazo para o NII e de longo prazo para o EVE.

O valor do IRRBB, calculado pela metodologia ponderada de 20% sobre o Δ EVE e 80% sobre o Δ NII, é calculado mensalmente. E no decorrer dos últimos 12 meses, o IRRBB apresentou um valor médio de R\$ 146.076, com uma variação média de -1,26%. Caracterizando uma atenuação nos riscos adversos das taxas de juros em relação ao capital da instituição.

Em setembro de 2024, o IRRBB apresentou o montante de R\$ 148.031. Onde o valor calculado está em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, com status Normal, em posições inferiores aos limites estabelecidos.

No teste de estresse empregado sobre o risco de Variação das Taxas de Juros para os instrumentos classificados na carteira bancária, o Banco utiliza as seguintes abordagens:

- ❖ Abordagem 1: estima o percentual da variação do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação em relação ao PR, com utilização de choque compatível com o 1º e o 99º percentis de uma distribuição histórica de variações nas taxas de juros, considerando o período de manutenção (holding period) de um ano e o período de observação de cinco anos.
- ❖ Abordagem 2: estima a quantidade de pontos-base de choques paralelos de taxas de juros necessários para acarretar reduções do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação correspondentes a 5%, 10% e 20% do PR.

e) Risco social, ambiental e climático (RSAC)

A gestão do risco socioambiental e climático no Banco, está estruturada em observância aos preceitos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.557/2017 e Resolução CMN nº 4.945/2021, a partir da utilização de ferramentas de análise e monitoramento de risco das operações selecionadas em conformidade com a matriz de relevância e proporcionalidade do Banco.

O Banco estabeleceu a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática – PRSAC, que contempla princípios e diretrizes que norteiam as ações de sustentabilidade e de risco social, ambiental e climático, consideradas as dimensões estratégicas, de governança e econômicas, na atuação do Banco, tanto no aspecto institucional como nas operações de financiamento da empresa.

A concessão de empréstimos e financiamentos são condicionados à apresentação das exigências legais, quando for o caso, tais como certidões de regularidade ambiental e Licenças Ambientais. Em especial os financiamentos concedidos por meio do crédito rural, devem estar aderentes às restrições legais impostas pelo Manual do Crédito Rural (MCR).

No Banco, toda a operação rural recebe tratamento de análise socioambiental, realizada em ferramenta contratada, com exceção das dispensadas pelo MCR. A ferramenta cruza diferentes bancos de dados oficiais e produz relatório de acordo com a legislação ambiental e normas do Banco.

Todas as operações do crédito rural no Banco recebem análise socioambiental previamente à concessão de forma individual. Os critérios de análise socioambiental estão estabelecidos em normas internas e tem como premissa a mitigação de riscos socioambientais e o atendimento das exigências dos órgãos reguladores. O Banco possui metodologia interna de avaliação de níveis de RSAC aplicada em sistema de avaliação desenvolvido internamente, apurando o RSAC das operações as quais abrange em três níveis: Alto, Médio e Baixo. O gerenciamento de RSAC está estruturado e documentado em Norma de Procedimento interna, a qual determina a validade e periodicidade das avaliações, bem como apresenta as rotinas e procedimentos de gestão do risco.

f) Risco cibernético

A Segurança da Informação e Comunicações (SIC) é um conjunto de ações que objetivam viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações, sejam elas físicas ou digitais, contra diversos tipos de ameaças para garantir a continuidade dos negócios, minimizar eventuais danos, maximizar o retorno dos investimentos e de novas oportunidades de negócio.

A Segurança Cibernética está contida dentro do âmbito da SIC e se configura como um conjunto de tecnologias, processos e práticas projetados para proteger redes, computadores, sistemas e dados de ataques, danos ou acesso não autorizado, permitindo o uso e o compartilhamento da informação digital de forma controlada. Sendo assim, a SIC é de maior abrangência, protegendo tecnologias, pessoas, informações físicas, entre outros, enquanto a Segurança Cibernética visa proteger somente ativos relacionados ao universo digital.

Nessa perspectiva, risco cibernético é o risco que se refere aos potenciais resultados negativos associados aos ataques cibernéticos. Por sua vez, os ataques cibernéticos podem ser definidos como tentativas de comprometer a confidencialidade, integridade e disponibilidade de dados ou sistemas tecnológicos.

No Banco, a estrutura de gerenciamento de riscos cibernéticos atende ao previsto na Resolução CMN nº 4.893/2021 e se aplica a toda a Instituição, dispondo de:

- ❖ Política de segurança da informação e cibernética que tem por objetivo estabelecer o Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI) do Banco da Amazônia, considerando uma visão holística e coordenada dos riscos de SIC do Banco para definir e comunicar os princípios, valores, conceitos, diretrizes, controles suficientes à preservação e proteção das informações do Banco da Amazônia e seus respectivos ativos quanto à confidencialidade,

integridade, disponibilidade, autenticidade e irretratabilidade, em todo o seu ciclo de vida, contida em qualquer suporte ou formato.

- ❖ Normas de procedimentos de segurança da informação que apoiam a estratégia definida na Política.
- ❖ Planos de resposta a incidentes de cibersegurança.
- ❖ Comitê de Segurança Corporativa, da Informação e de Comunicações: de caráter consultivo e deliberativo, tem por finalidade participar do processo de gestão Segurança Corporativa, inclusive de Informação e de Comunicações do Banco.

A governança no gerenciamento de riscos cibernético adota também a abordagem das três linhas. Onde:

- ❖ A primeira linha, representada pelas áreas de tecnologia, pessoas e contratos, responsáveis por identificar, avaliar, reportar e gerenciar os riscos cibernéticos em ativos de tecnologia, recursos humanos e cadeia de suprimento, respectivamente, e pela execução dos controles e mitigadores de riscos, e, ainda, pela definição e implementação de planos de ação para garantir a efetividade do ambiente de controle.
- ❖ Na segunda linha, a área responsável pelo gerenciamento de risco cibernético, que define a estratégia e as políticas de segurança, bem como realiza o monitoramento dos riscos, a gestão de incidentes e é responsável pelo acultramento da empresa acerca da segurança da informação. Ainda como parte da segunda linha, a área responsável pela gestão de continuidade de negócio, tema afeto à segurança da informação, é a área de controles internos responsável por definir as diretrizes e procedimentos inerentes a gestão de continuidade de negócios estabelecendo o processo para análise de impacto nos negócios, estratégias para assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio
- ❖ A terceira linha é representada pela Auditoria Interna.

g) Risco operacional

O Banco da Amazônia segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.557/2017, integrando a gestão do risco operacional à sua estrutura e a todos os níveis hierárquicos. Utiliza normas de procedimento com detalhamento de papéis e responsabilidades da Instituição conforme modelo das três linhas.

Realiza monitoramento contínuo dos eventos relacionados ao risco operacional, mantendo uma base histórica quantitativa e qualitativa de informações, reportando regularmente à Alta Administração. Ressalta-se, ainda, a promoção da cultura voltada à gestão de riscos e controles, com o objetivo de alcançar metas estratégicas e fortalecer a governança corporativa.

h) Risco legal

Em conformidade com as exigências do Banco Central do Brasil e outros órgãos reguladores, o Banco atua rigorosamente no cumprimento das leis, normas e regulamentos aplicáveis às instituições financeiras. A área de Controles Internos monitora com vista a assegurar o atendimento das demandas legais.

Para divulgar normativos externos e monitorar o cumprimento das demandas legais, o Banco utiliza um Sistema de *Compliance* que fornece informações atualizadas sobre normas relacionadas as atividades bancárias para todas as áreas internas relacionadas.

i) Risco de integridade

A empresa mantém programas e políticas voltados para a integridade, além de um Código de Conduta Ética que fortalece o ambiente de controle interno do Banco.

A Política de Gestão da Integridade tem por finalidade estabelecer e difundir princípios, objetivos, diretrizes, competências e responsabilidades para a gestão da integridade, essenciais aos processos de governança e à gestão das políticas, programas e normas internas relacionadas.

Além dos programas e políticas, o Plano de Ação e os indicadores de integridade buscam garantir a eficiência na gestão por meio do acompanhamento e monitoramento, fortalecendo os pilares e princípios do programa, assim como as boas práticas na cultura institucional.

Todas as ferramentas de gestão da integridade passam por um processo de revisão periódica para eventuais ajustes e adequação às melhores práticas de mercado.

j) Gestão de capital

O Banco possui um processo de gestão de capital estruturado e compatível com a complexidade de suas operações e riscos assumidos que tem por objetivo manter a qualidade, a consistência e a transparência de capital, bem como atender aos requisitos regulamentares.

A estrutura de gerenciamento de capital atende ao previsto na Resolução CMN nº 4.557/2017 e permeia as áreas responsáveis pelo orçamento, planejamento, controle e monitoramento de riscos e esferas colegiadas estratégicas de decisão.

A Instituição dispõe de plano de capital com prospecção de capital para três anos, abrangendo teste de estresse e plano de contingência de capital para subsidiar a gestão e a manutenção do capital nos níveis desejáveis e de acordo com o apetite definido na RAS.

k) Índice de Basileia (limite operacional)

O Banco mantém, permanentemente, o montante de PR, de Nível I e de Capital Principal em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.958/2021, bem como para suprir a exigência do Adicional de Capital Principal (ACP) instituído por essa mesma Resolução. O Banco encerrou o 3º trimestre de 2024 com PR de R\$ 6.699 milhões, 15,87% superior ao registrado no exercício anterior (R\$ 5.782 milhões em 31/12/2023).

O Índice de Basileia (IB) é calculado de acordo com o estabelecido nas Resoluções CMN nº 4.955/2021 (cálculo do Patrimônio de Referência - PR) e nº 4.958/2021 (apuração dos requerimentos mínimos e ACP) relacionando-os com os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). O Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) cresceu 3,2 % em relação ao registrado no exercício anterior, saindo de R\$ 44.365 milhões em 31/12/2023 para R\$ 45.791 milhões, em 30/09/2024.

Em 30 de setembro de 2024, o Banco apresentou um Índice de Basileia (IB) de 14,6%, acima do requerimento regulatório, mantendo a capacidade de cumprir com os mínimos regulatórios, garantir sua solidez patrimonial e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento de seus negócios.

Requerimentos mínimos de capital (Basileia III)

Apresentamos abaixo os principais indicadores obtidos conforme regulamentação em vigor:

	30.09.2024	31.12.2023
Patrimônio de Referência (PR)	6.699.206	5.781.613
PR Nível I	6.699.206	5.781.613
Capital Principal	6.699.206	5.781.613
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	45.791.143	44.364.885
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	38.485.415	38.224.829
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	4.010	2.306
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	7.301.718	6.137.750
Requerimento Mínimo de Capital		
Capital Principal Mínimo Requerido ⁽¹⁾	2.060.601	1.996.420
PR Nível I Mínimo Requerido ⁽²⁾	2.747.468	2.661.893
PR Mínimo Requerido ⁽³⁾	3.663.291	3.549.191
Margem sobre os Requerimentos de Capital		
Margem sobre o Capital Princ. Mínimo Requerido	4.638.605	3.785.193
Margem sobre o PR Nível I Mínimo Requerido	3.951.738	3.119.720
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	14,6%	13,0%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	14,6%	13,0%
Índice de Basileia (PR / RWA)	14,6%	13,0%

⁽¹⁾ Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

⁽²⁾ Representa o mínimo de 6% do RWA.

⁽³⁾ O fator "F" aplicado ao montante de RWA corresponde a 8,0%.

27. Outras informações

a) Avais e fianças prestados

Os avais e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	30.09.2024	31.12.2023
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	11.584.342	12.116.656
Coobrigação em cessão de créditos – alongam. crédito rural	4.359	4.663
Total	11.588.701	12.121.319

b) Seguros

- Seguro Predial**

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos que envolvem o seu imobilizado, cuja cobertura é de R\$ 161.163 (R\$ 153.753 em 31/12/2023), com prêmio de R\$ 204 (R\$ 195 em 31/12/2023), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

- Seguro D&O**

O Banco, através de seu estatuto social, artigo 22, mantém contrato de seguro de responsabilidade civil, cuja cobertura é de R\$ 30.000 até 01/01/2025, com prêmio de R\$ 600 (R\$ 600, em 31/12/2023), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

c) Resultado recorrente e não recorrente

Seguindo o que recomenda a Resolução BCB nº 2/2020, no 3º trimestre de 2024 não houve evento não recorrente. O resultado contábil do 3º trimestre de 2024 foi de R\$ 319.360.

O resultado contábil do 3º trimestre de 2023 foi de R\$ 333.498, com resultado recorrente de R\$ 267.498, e evento não recorrente de R\$ 66.000, relacionado a provisão trabalhista motivada pela publicação de acórdão relativo a julgamento de processo.

d) Plano de Implementação da Resolução CMN nº 4.966/2021

O Banco vem evoluindo em seu Plano de Ação visando o atendimento da Res. CMN nº 4.966/2021, e até o 3º trimestre do ano em curso, vimos discutindo, elaborando e aprovando políticas internas exigidas no âmbito da resolução que impactam processos nas áreas de crédito e Tesouraria, bem como, junto aos procedimentos contábeis. Estamos discutindo o Modelo de Negócios junto às áreas envolvidas no projeto e estabelecendo alinhamentos e treinamentos, sobre a referida Resolução, considerando, por exemplo, as atividades de modelagem de riscos exigidos e maior envolvimento da área de gestão de negócios/produtos junto ao grupo de trabalho dedicado à implementação da norma.

Destacamos também as atividades voltadas ao desenvolvimento de TI, via metodologia ágil, visando ajustes em sistemas legados e de *vendors* e construção de um motor de cálculo para atendimento das novas regras exigidas pela Resolução.

O Banco ainda vem discutindo e alinhando junto a algumas áreas ajustes no âmbito das mudanças de novas Cosifs, roteiros contábeis, refinamentos de conceitos de Renegociação e reestruturação, gestão tributária, dentre outros assuntos que precisam estar aderentes às exigências da Res. CMN nº 4.966/2021, estabelecendo assim, um esforço coletivo das equipes envolvidas na implementação dentro do prazo outrora estabelecido.

Encontra-se em andamento a homologação das funcionalidades dos sistemas contemplando a preparação de roteiro para as temáticas (avaliação de resultados/parâmetros/eventos contábeis pelas áreas usuárias e adequação nos legados para o processo de categorização e cálculos da contabilização para renegociação e reestruturação).

e) Processo de Investigação

Como já informado anteriormente, o Banco conduziu, durante o ano de 2022, investigação interna sobre suspeitas de irregularidades em operações de crédito contratadas entre 2012 e 2014. Os trabalhos conduzidos por um Comitê constituído para tal fim foram concluídos em 26 de agosto de 2022, com a submissão dos resultados da investigação à avaliação do Conselho de Administração, que realizou os encaminhamentos à Diretoria Executiva, consoante registrado nas atas das reuniões extraordinárias do Conselho de Administração, de 26 de agosto de 2022 e 26 de setembro de 2022 os quais seguem sendo supervisionados e monitorados por aquele órgão assim como pelo Comitê de Auditoria.

Sem prejuízo das oportunidades de ajustes e correções de fluxo decorrente de testes de controles internos, resultantes do processo investigativo e conduzidos pelo Comitê de Investigação sob a supervisão do Conselho de Administração, esse último colegiado considerou que as investigações realizadas até então confirmaram a confiabilidade das demonstrações financeiras e dos processos contábeis do Banco, encerrando o processo de investigação por não verificar risco que comprometesse a qualidade das demonstrações financeiras e reiterando o compromisso com a acurácia das informações prestadas ao mercado.

Os procedimentos disciplinares relacionados ao objeto da investigação foram avocados pela Controladoria Geral da União (CGU), a quem caberá por imperativo legal a apuração de eventuais responsabilidades disciplinares de funcionários ou ex-funcionários do Banco, em relação às operações de crédito contratadas. Por conta da avocação, foram encerrados os procedimentos disciplinares que haviam sido instaurados no âmbito interno. O Banco compartilhou com a CGU os documentos relacionados à investigação, incluindo um relatório detalhado sobre o que foi apurado.

A Administração considera que o resultado das investigações e dos testes de controle são suficientes para concluir que, seja qual for o desfecho de eventuais ações disciplinares pela CGU, elas não colocarão em dúvida a qualidade das demonstrações financeiras do Banco, porquanto o saldo credor relacionado às operações de crédito suspeitas de irregularidades, embora em cobrança judicial, encontra-se totalmente provisionado desde exercícios anteriores.

O Conselho de Administração continuará acompanhando a evolução das ações relativas às oportunidades de melhoria acima mencionadas, dentro do esforço de aprimoramento contínuo dos controles internos e da governança do Banco.

Diretoria Executiva

Luiz Claudio Moreira Lessa
Presidente

Fábio Yassuda Maeda
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Diretor

Ana Paula Bulhões Moitinho
Diretora

José Maria de Lima Quinto Filho
Diretor

Marivaldo Gonçalves de Melo
Diretor

Marcelo dos Santos Souza
Contador
CRC – PA Reg. 012778/O-3



Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco da Amazônia S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco da Amazônia S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).



Banco da Amazônia S.A.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Brasília, 6 de novembro de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by:
Paulo Rodrigo Pecht
CPF: 25109922-04
Signed Date: 06/11/2024
Signed Time: 06 de novembro de 2024 11:02:58 BRT

O: ICP-Brasil; OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Email: AC-SERASA-RFB-V5
ICP-Brasil
Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e em conformidade com o artigo 27, parágrafo 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia S.A., relativas ao período findo em 30 de setembro de 2024, e declara estar de acordo com as informações constantes nos referidos documentos.

Belém (PA), 06 de novembro de 2024.

Diretoria Executiva

Luiz Claudio Moreira Lessa
Presidente

Fábio Yassuda Maeda
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Diretor

Marivaldo Gonçalves de Melo
Diretor

Ana Paula Bulhões Moitinho
Diretora

José Maria de Lima Quinto Filho
Diretor

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Em conformidade com o artigo 27, parágrafo 1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subseqüentes sobre os resultados de auditoria, revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório da PwC Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia S.A., relativas ao período findo em 30 de setembro de 2024, não havendo qualquer discordância.

Belém (PA), 06 de novembro de 2024.

Diretoria Executiva

Luiz Claudio Moreira Lessa
Presidente

Fábio Yassuda Maeda
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Diretor

Marivaldo Gonçalves de Melo
Diretor

Ana Paula Bulhões Moitinho
Diretora

José Maria de Lima Quinto Filho
Diretor